

Relatório da Coordenação Geral de Ação Missionária - Cogeam ao 20º CG

Outubro de 2011 a Junho de 2016

Índice

Dados aferidos de Outubro de 2011 a Setembro de 2015

1. Considerações Iniciais

1.1. Introdução	3	
1.2. Organização da Igreja	3	
1.2.1. Demonstração das áreas de vida e missão da igreja		3
1.2.2. Demonstração da estrutura a partir do concílio geral		4
1.2.3. Demonstração dos desdobramentos de atuação da Cogeam		4
1.2.4. Composição dos segmentos nacionais	5	
1.3. Cogeam composição e forma de trabalho	8	
1.3.1. Composição	8	
1.3.2. Reuniões e forma de trabalho	8	

2. Decisões da Cogeam sobre a Área de Vida e Missão da Igreja

2.1. Ação Social	11	
2.1.1. Ação Social	11	
2.1.2. Projeto Sombra e Água Fresca – SAF		11
2.1.3. Combate ao Racismo	12	
2.2. Comunicação	12	
2.2.1. Expositor Cristão	12	
2.2.2. Portal Nacional	13	
2.3. Confederações	13	
2.4. Educação Cristã e Escola Dominical	13	
2.5. Expansão Missionária	14	
2.5.1. Campanha de Evangelização		14
2.5.2. Oferta Missionária	14	
2.5.3. Expansão Missionária	15	
2.5.4. Entidades Parceiras	15	
2.5.5. Missões e Missionários	15	
2.6. Decisões Financeiras	16	
2.6.1. Orçamento	16	
2.6.2. Aluguéis	17	
2.6.3. Tesouraria	18	
2.6.4. Conselho Fiscal	19	
2.6.5. Cotas de Participação Missionária		20

2.7. Decisões da Cogeam referentes à Organização da Igreja	21	
2.7.1. Organização da Área Nacional e Cogeam	21	
2.7.2. Plano Nacional Missionário – PNM e Plano Missionário Estratégico – PME		21
2.7.3. Regiões	22	
2.7.4. Operacional da Sede Nacional	24	
2.7.5. Regimentos	25	
2.7.6. Comissão Geral de Constituição e Justiça	25	
2.7.7. 19º Concílio Geral	25	
2.7.8. 20º Concílio Geral	26	

3. Decisões do Conselho Diretor da AIM

3.1. Ações da AIM em função da Rede Metodista de Educação	28	
3.1.1. Imóveis em garantia de empréstimos	28	
3.1.2. Transação imobiliária para regularização documental		28
3.1.3. Contratos para negociação imobiliária	29	
3.1.4. Processos judiciais internos	29	
3.1.5. Processos judiciais seculares	30	
3.2. Ações da AIM em função da reorganização do No Cenáculo	31	
3.3. Ações da AIM referentes do patrimônio da AIM	32	

4. Decisões da Assembleia do Cogeime e Assembleias das IME's

4.1. Equacionamento da Dívida	33	
4.1.1. Desbloqueios Judiciais	33	
4.1.2. Negócios Imobiliários	33	
4.1.3. Negócios Educacionais	37	
4.1.4. Empréstimos	37	
4.1.5. Outras Ações	39	
4.2. Composição do Consad e Cargo de Diretor Geral – DG		39
4.3. Assuntos e Investimento Educacionais		40
4.4. Regularizações Documentais	41	
4.4.1. Balanços	41	
4.4.2. Orçamentos	41	
4.4.3. Outras Decisões	41	

Dados aferidos de Outubro de 2015 a 15 de Junho de 2016

5. Relatório Complementar de Decisões da Cogeam, das Assembleias do Cogeime e das IME's e do Conselho Diretor da AIM

42

6. Considerações Finais

46

1. Considerações Iniciais

1.1. Introdução

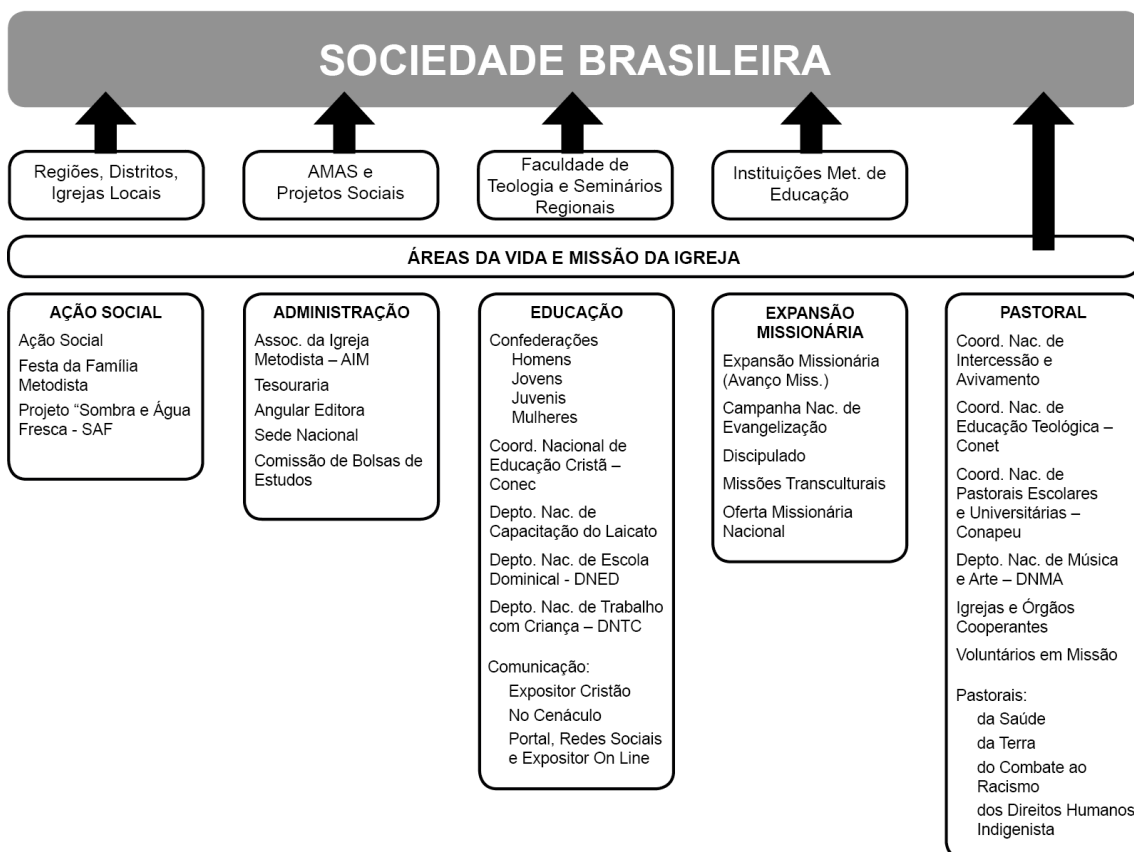
Neste documento, a Coordenação Geral de Ação Missionária – Cogeam relata às delegações e ao 20º Concílio Geral (20º CG) as decisões e as ações do período de outubro de 2011 (data de início da transição da gestão 2007-2011 para a gestão 2012-2016) a setembro de 2015. Em julho de 2016, no 20º CG, outro documento conterá o Relatório Complementar da Cogeam, período outubro de 2015 a julho de 2016.

O relatório foi elaborado a partir de três blocos: decisões, ações desenvolvidas pelos segmentos e análise da caminhada. O texto é rico em informações e detalhes que oferecem uma visão da amplitude e complexidade da estrutura e funcionamento da área geral. Assim, esperamos subsidiar as delegações e o plenário do 20º CG de modo que tenham condições de uma reflexão profunda sobre a caminhada da Igreja, para que possam propor o aperfeiçoamento da administração e da missão.

1.2. Organização da Igreja

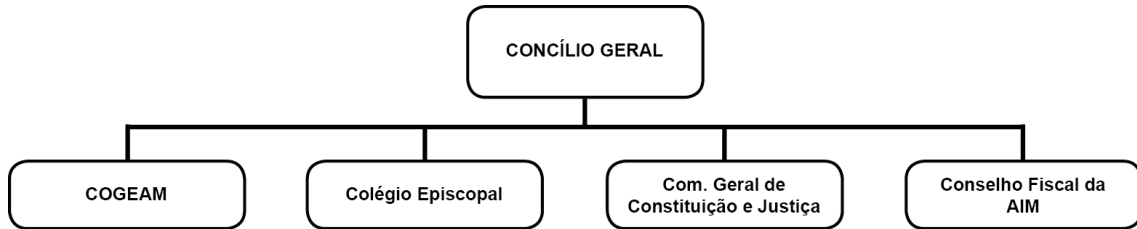
1.2.1. Demonstração das áreas de vida e missão da igreja

A Igreja Metodista na área nacional é composta de vários órgãos, grupos e cargos diversificados para atender e subsidiar a missão que acontece nas regiões, distritos, Amas, projetos sociais, instituições de ensino secular e instituições teológicas metodistas e na sociedade.



1.2.2. Demonstração da estrutura a partir do Concílio Geral

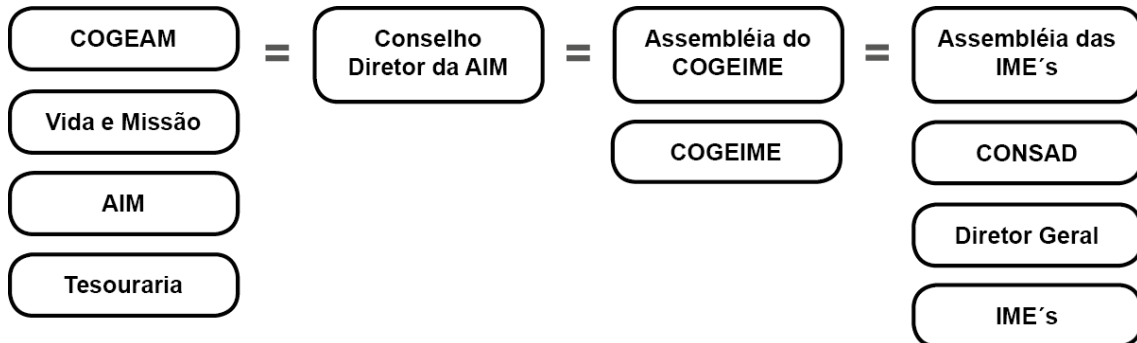
A Igreja Metodista se organiza e estabelece suas leis e diretrizes por meio do Concílio Geral. No seu interregno, o concílio funciona por meio de órgãos que cumprem sua função e também atendem às exigências legais.



1.2.3. Demonstração dos desdobramentos de atuação da Cogeam

A Cogeam não só é a assembleia geral da igreja no interregno do concílio geral, como também é:

- Assembleia Geral do Cogeme
- Assembleia Geral das Instituições Metodistas de Educação
- Conselho Diretor da Associação da Igreja Metodista



1.2.4. Composição dos segmentos nacionais

Secretaria Executiva da AIM

Alexandre Rocha Maia

Secretaria Executiva para a Vida e a Missão

Joana Darc Meireles

Tesouraria

Eloíde Jorge de Lara Pompeu (até novembro de 2014)

Eizel Gomes Ladeia Oliveira (a partir de novembro de 2014)

Secretaria Executiva para o 20º Concílio Geral

Jonadab Domingues Almeida

Editor Nacional do No Cenáculo

Adriel de Souza Maia

DESIGNAÇÕES DA ÁREA NACIONAL

I **Área Administrativa:** Bispo Adonias Pereira do Lago

II **Área Social:** Bispo José Carlos Peres

1. **Pastoral da Terra:**
 - Pessoa de referência:
2. **Pastoral de Direitos Humanos:**
 - Pessoa de referência:
3. **Pastoral da Saúde:**
 - Pessoa de referência:
4. **Pastoral de Combate ao Racismo:**
 - Pessoa de referência: Eva Regina Pereira Ramão (2ª RE).
5. **Pastoral Indigenista:**
 - Pessoa de referência: Maria Imaculada C. Costa (Ima) (5ª RE)
6. **Sombra e Água Fresca:**
 - Pessoa de referência: Keila Guimarães (1ª RE)

III **Área Missionária:** Bispo João Carlos Lopes e Bispo Carlos Alberto Tavares.

1. **Coordenação Nacional de Intercessão:** Bispo João Carlos Lopes
 - Pessoa de referência: João Batista Nunes Medeiros
2. **Voluntários em Missão:** Bispo João Carlos Lopes
 - Pessoa de referência: Teca Greathouse
3. **Expansão Missionária:** Bispo João Carlos Lopes
 - Assessor de Expansão Missionária: Paulo de Tarso Pontes
4. **Discipulado:** Bispo Carlos Alberto Tavares Alves.
 - Pessoas de referência: Emanuel Adriano Siqueira da Silva e Carla Simone Ferreira da Rosa

IV **Área de Educação:** Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa

1. Educação Cristã: Bispa Marisa de Freitas Ferreira
2. Educação Teológica: Bispo Paulo Tarso de Oliveira Lockmann
3. Educação Secular: Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa

4. **CONAPEU:**
 - Coordenadora: Gladys Barbosa Gama
 - Bispo designado: Bispo Luiz Vergilio Batista da Rosa
5. **CONET:**
 - Coordenadora: Amélia Tavares Correa Neves
 - Secretário Executivo: Paulo Roberto Garcia
 - Bispo designado: Bispo Paulo Tarso de Oliveira Lockmann
6. **COGEIME - CONSAD:**
 - Presidente da Assembleia: Bispo Adonias Pereira do Lago
 - Bispo Designado: Bispo Luiz Vergilio Batista da Rosa
 - Presidente do CONSAD: Paulo Borges Campos Junior
 - Vice: Aires Ademir Leal Clavel
 - Diretor Superintendente: Robson Ramos Aguiar
 - Secretário Executivo do Cogeime: Luis de Souza Cardoso
7. **CONEC:**
 - Secretaria de Educação Cristã: Eber Borges
 - Bispa designada: Bispa Marisa de Freitas Ferreira

8. **DEPARTAMENTOS:**

- **Departamento Nacional de Capacitação do Laicato:**
 - Coordenadora:
 - Bispa designada: Bispa Marisa de Freitas Ferreira
- **Departamento Nacional Música e Arte:**
 - Pessoa de referência: Edson Mudesto
 - Bispa designada: Bispa Marisa de Freitas Ferreira
- **Departamento Nacional do Trabalho com Crianças:**
 - Coordenadora: Rogéria Valente Frigo
 - Bispa designada: Bispa Marisa de Freitas Ferreira
- **Departamento Nacional de Escola Dominical:**
 - Coordenadora: Andreia Fernandes Oliveira
 - Bispo designado: Bispo Luiz Vergilio Batista da Rosa

4.3. CONFEDERAÇÕES:

- **Confederação das Sociedades Metodistas de Homens:**
 - Presidente: Marcus Vinicius da Costa Silva
 - Bispo designado: Bispo Roberto Alves de Souza
- **Confederação das Sociedades Metodistas de Mulheres:**
 - Presidente: Ivana Maria R. Aguiar Garcia
 - Bispa designada: Bispa Marisa de Freitas Ferreira
- **Confederação das Sociedades Metodistas de Jovens:**
 - Presidente: Willian Junior e Souza
 - Bispo designado: Bispo João Carlos Lopes
- **Confederação das Sociedades Metodistas de Juvenis:**
 - Presidente: Franklin Leonardo de Figueiredo
 - Bispo designado: Bispo José Carlos Peres
 - Conselheiros: Djalma Barbosa de Lima Filho e Deusdete de Oliveira de Lima

V Comunicação:

- **Expositor Cristão:** Editor e jornalista responsável: José Geraldo Magalhães Júnior, presbítero ativo, cedido pela 4ª Região Eclesiástica
- **Portal, Rede Sociais e Expositor Online:**

1.3. Cogeam – Composição e forma de trabalho

1.3.1. Composição

Presidente	Adonias Pereira do Lago	5ª RE	Clérigo
Vice-presidente	Eric de Oliveira Santos	6ª RE	Leigo
Secretária	Cristiane Capeleti Pereira	3ª RE	Clériga
<i>A partir de 12 de Setembro de 2015</i>	Anderson Tinoco	7ª RE	Leigo
	Clemir José Chagas	2ª RE	Clérigo
	Deise Luce de Sousa Marques	1ª RE	Leiga
	Elias Bonifácio Leite	4ª RE	Leigo
	Giselma Souza Almeida Matos	1ª RE	Clériga
	Hideide Brito Torres	4ª RE	Clériga
	Iara da Silva Covolo	2ª RE	Leiga
	João Carlos Lopes	6ª RE	Clérigo
	Luiz Roberto Saporoli	3ª RE	Leigo
	Marisa Ferreira de Freitas	REMNE	Clériga
<i>A partir de 12 de Setembro de 2015</i>	Nelson Santos de Souza	7ª RE	Clérigo
	Recildo Narcizo de Oliveira	5ª RE	Leigo
	Silas Dornelas de Novaes	REMA	Leigo

1.3.2. Reuniões e forma de trabalho

A Cogeam realiza suas reuniões com registro único. No cabeçalho da ata de reuniões ordinárias consta: “Reunião Ordinária da Coordenação Geral de Ação Missionária - Cogeam e Assembleia Geral Ordinária do Cogeime e Instituições Metodistas de Educação – IME’s”. Após as reuniões, documentos específicos da Assembleia do Cogeime, das Assembleias das IME’s e Conselho Diretor da AIM são elaborados para atender às exigências civis e de legislação. As reuniões extraordinárias são registradas em atas específicas conforme o assunto (Cogeam, AIM, Cogeime ou IME’s).

A Cogeam toma suas decisões prioritariamente por consenso entre os seus integrantes. Quando não se alcança o consenso, realiza-se votação e, em casos pontuais, registram-se os votos. Segue-se a relação de reuniões:

2011

15 e 16 de outubro	presencial	Cogeam - Transição da gestão 2007-2011
16 de dezembro	presencial	Cogeam - Definições da gestão 2012-2016

2012

10 de fevereiro	presencial	Reunião da Mesa da Cogeam
10 a 12 de fevereiro	presencial	Ordinária da Cogeam
13 a 14 de abril	presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's
15 e 16 de junho	presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's
24 a 26 de agosto	presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's
19 de Setembro	virtual	Extraordinária das Assembleias do Cogeime e IME's
22 de Setembro	presencial	Mesa das Assembleias do Cogeime e IME's com Reitores das IME's
30 de novembro a 1ª de dezembro	presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's

2013

30 de janeiro	presencial	Mesa das Assembleias do Cogeime e IME's
8 e 9 de março	presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's
28 a 30 de junho	presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's
20 e 21 de setembro	presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's
13 de dezembro	Presencial	Mesa das Assembleias do Cogeime e IME's com Mesa do Consad, Mesa do Colégio Episcopal e Representantes da 1ª Região
13 a 15 de dezembro	presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's

2014

14 e 15 de fevereiro	presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's
25 e 26 de abril	presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's
1 e 2 de agosto	presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's
30 de agosto	Presencial	Reunião da Mesa das Assembleias do Cogeime e IME's com Mesa do Consad
2 de outubro	presencial	Extraordinária da Cogeam
3 de outubro	presencial	Expandida – Cogeam com representantes da regiões 1ª, 2ª e 4ª.
14 e 15 de novembro	presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's
30 de novembro	Virtual	Extraordinária das Assembleias do Cogeime e IME's

2015

27 e 28 de fevereiro	Presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's
29 e 30 de maio	Presencial	Ordinárias da Cogeam e das Assembleias do Cogeime e IME's
26 de junho	Presencial	Reunião Informativa das Assembleias do Cogeime e IME's com Câmara de Finanças do Consad
30 de junho	Virtual	Extraordinária da Cogeam
30 de junho	Virtual	Extraordinária das Assembleias do Cogeime e IME's
19 de agosto	Virtual	Extraordinária das Assembleias do Cogeime e IME's
11 e 12 de setembro	Presencial	Ordinária da Cogeam

Para melhor cumprimento de suas atribuições a Cogeam estabeleceu grupos de trabalhos (GT's) dentre os seus componentes, tanto para tarefas temporárias quanto permanentes:

- GT Sustentabilidade – acompanha, estuda e propõe ações em temas referentes ao sustento da área nacional.
- GT de Educação – acompanha, estuda e propõe ações referentes à Rede Metodista de Educação; dentre seus integrantes, uma pessoa representa a Cogeam em reuniões do Consad.

2. Decisões da Área de Vida e Missão da Igreja

2.1. Ação Social

2.1.1. Ação Social

Em novembro de 2012, em discussão sobre o papel da Igreja Metodista na Ação Social, seu relacionamento com a comunidade local e com órgãos públicos que cuidam deste aspecto, nas três esferas, a Cogeam solicitou que cada Coream fizesse um mapeamento das instituições sociais metodistas sob sua jurisdição, bem como das atividades executadas pelos ministérios de ação social nas igrejas locais. A Cogeam alertou, ainda, as Coream's sobre suas responsabilidades na criação, funcionamento e manutenção das Entidades de Ação Social.

Em março de 2013, o integrante da Cogeam, Elias Bonifácio, explicou o histórico de parceria das instituições com o Haiti. Desde que o Brasil assumiu a posição da ONU no Haiti, lideranças evangélicas daquele país visitaram o Brasil e os diálogos resultaram em acordo de cooperação para formação de liderança para o Haiti. O IPA e o IMH concederam bolsas de estudo integrais e providenciaram a moradia, o sustento pessoal dos alunos conveniados no IPA foram subsidiados por uma organização ecumênica da Alemanha - *Brot Für Die Welt*. Já os estudantes em BH, num primeiro momento a própria instituição, num esforço extraordinário, integrou os estudantes como bolsistas em atividades de extensão e pesquisa, bem como em determinados setores da instituição para tarefas básicas, fornecendo-lhes uma pequena quantia mensal, que lhes permitiu a manutenção básica. Mais recentemente as iniciativas das Prefeituras Municipal de BH, Betim e Contagem, permitem uma melhoria considerável ao apoio a esses estudantes, integrados como estagiários. O problema naquele momento era levantar recursos para subsidiar os gastos de retorno desses alunos ao Haiti. Aprovou-se o custo das despesas de viagem de retorno, com recursos do fundo de emergência, para os dois estudantes já formados: Dieu-Fort Saint-Fort e Elie Marcel, ficando o custo do retorno dos outros nove estudantes a estudar quando de sua formatura.

2.1.2. Projeto Sombra e Água Fresca - SAF

Em setembro de 2013, a Cogeam acolheu a decisão do Colégio Episcopal (CE) de designação de Keila da Silva Guimarães para assumir o cargo de pessoa de referência para o Sombra e Água Fresca – SAF, em tempo integral. A discussão sobre a remuneração ficou a cargo da Cogeam. Num primeiro momento, aprovou-se um valor para compor a remuneração da irmã e solicitou-se que o Projeto SAF buscasse a outra parte do recurso junto às parceiras, Igrejas Metodistas da Inglaterra e da Alemanha. A contratação seria autônoma e por seis meses.

Houve dificuldades em conseguir recursos com as igrejas parceiras, aliadas à complexidade de que a irmã Keila da Silva Guimarães é aposentada por invalidez. Levou-se a uma reflexão em consenso entre a Cogeam e Keila de que se buscasse outra pessoa para assumir o cargo de Agente Nacional do SAF e torná-la uma “embaixatriz” do SAF, voluntária, tendo apenas

despesas de viagens subsidiadas. Houve o diálogo com toda a equipe do SAF e uma proposta retornou à Cogeam em fevereiro de 2015: *“A Equipe Nacional do Projeto Sombra e Água Fresca entende que não há pertinência na contratação de uma pessoa para assumir a função de Agente Nacional considerando tratar-se de um ministério da Igreja Metodista junto a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Propomos que o recurso financeiro alocado no orçamento nacional para o Projeto Sombra e Água Fresca seja repassado a Fundação Metodista de Ação Social para os encaminhamentos diversos junto aos projetos.”* A Cogeam analisou a proposta e decidiu que os 30 mil reais aprovados no orçamento 2015 para o SAF fosse então destinado ao pagamento da educadora social Dulce Leila Sathler Balmant, e as despesas de representação da pessoa de referência do SAF, Keila da Silva Guimarães, seriam custeadas pelo SAF com as verbas oriundas das parceiras. Este caminho foi adequado, considerando as legislações e ofereceu melhor uso dos recursos financeiros.

2.1.3. Combate ao Racismo

Em março de 2013, a Cogeam foi informada sobre a edição da Revista *Caminhando*, da Fateo, com o tema da escravidão na época de John Wesley. Em cumprimento ao que “foi proposto no Concílio Nacional, a Igreja Metodista deve adotar um Plano Nacional de Enfrentamento ao Racismo, com um mínimo de estrutura”. A Cogeam solicitou a este grupo que lhe apresentasse um anteprojeto deste plano de enfrentamento, para apreciação. A Bispa Marisa Ferreira de Freitas sugeriu que o Colégio Episcopal pudesse gravar um vídeo sobre a questão de combate ao racismo.

2.2. Comunicação

2.2.1. Expositor Cristão

Em setembro de 2013, a Cogeam acolheu a relatório do Editor do Expositor Cristão e Revda. Joana Darc Meirelles, contendo a) a lembrança de que o convênio entre AIM e RME para custeio do Expositor foi firmado em 2003 para dois anos originalmente, mas nunca foi revisto; b) a sugestão de revisão do convênio com valores maiores e c) um projeto de comunicação elaborado pelo conselho editorial do EC. A Cogeam parabenizou a equipe, gostou do projeto proposto mas, devido ao custo e a necessidade de diálogo com a RME sobre aumento no valor do convênio, preferiu deixar sobre a mesa, aguardando a análise do GT Sustentabilidade com o estudo orçamentário. Apesar desta decisão, o Colégio Episcopal aprovou as mudanças no EC e que se buscasse patrocínio para os custos.

Em fevereiro de 2014, apresentou-se o orçamento de um novo projeto de comunicação com custo de 9.100 reais por mês a partir de abril. Até aquele momento não se conseguira patrocínio. A Cogeam delegou ao GT Sustentabilidade que estudasse como suprir o custo e apresentasse em próxima reunião. O projeto não foi possível realizar, mas uma nova

diagramação para o jornal foi possível com custo subsidiado pelo próprio orçamento da Sede Nacional.

2.2.2. Portal Nacional

Em maio de 2015, a equipe da Sede Nacional preparou uma proposta de *“desenvolvimento e customização da Plataforma Web Jornalismo onde serão aplicadas novas funções e ajustes para que seja possível cadastro de novas FRANQUIAS no mesmo site”*. A Cogeam avaliou como boa a proposta, porém questionou se haveria adesão das regiões (questão de necessidade e disponibilidade financeira). A Cogeam orientou à equipe que se fizesse consulta com os técnicos da área em cada região para analisar os benefícios e interesses regionais neste projeto. Quatro regiões responderam, sendo que somente a Remne, apoiou a proposta de ter um portal nacional de comunicação. O custo mensal era bem menor do que as regiões pagam hoje. O orçamento total de todas as regiões não passaria de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para ser dividido por todas as regiões.

2.3. Confederações

Em novembro de 2012, a Cogeam ratificou a nomeação de Djalma Barbosa de Lima Filho e Deusdete de Oliveira Lima para Conselheiros Nacionais dos Juvenis.

Em junho de 2013, a Cogeam analisou a proposta de novo estatuto para a Confederação de Mulheres. A inclusão de ministérios de mulheres nas Federações e Confederação foi amplamente discutida e, sem alcançar consenso, decidiu-se por um diálogo que reflita sobre a inclusão de ministérios etários e de gênero às federações; o diálogo proposto deve incluir as Mesas do Colégio Episcopal e da Cogeam com as Mesas das Confederações de Mulheres, Homens, Jovens e Juvenis. O novo Estatuto da Confederação de Mulheres foi aprovado, ficando o artigo nº 2 sobre a mesa, aguardando este diálogo.

Em dezembro de 2013, acolheu o relatório da Confederação de Jovens. Registrou-se palavra de apreço à confederação e elegeu-se Willian Junior e Souza para tesouraria da confederação.

Em maio de 2015, para atender necessidades da Confederação de Homens e atualização, a Cogeam aprovou novo Estatuto.

2.4. Educação Cristã e Escola Dominical

Em dezembro de 2013 e abril de 2014, a Cogeam, após conhecer relatório da caminhada do Departamento de Escola Dominical e seus projetos para as revistas e em complemento a elas, registrou em suas atas palavra de louvor à toda equipe das Revistas de Escola Dominical pela dedicação e qualidade do trabalho desenvolvido.

2.5. Expansão Missionária

2.5.1. Campanha Evangelização

Em novembro de 2012, analisou-se proposta do Sr. Ish Lennox, da Igreja Metodista Britânica e Coordenador Metodista da Olimpíada e Paraolimpíadas, e coordenador do Projeto Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento, que veio ao Brasil com o intento de formar uma coalização de igrejas evangélicas para a evangelização durante os eventos da Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016) e Paraolimpíadas. A Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) foi a entidade “guarda-chuva” da campanha e que coordenou o movimento “Joga Limpo Brasil”. A Cogeam aprovou que a Igreja Metodista participasse da coalizão; mas não adotá-la como nossa Campanha de Evangelização.

2.5.2. Oferta Missionária

Em março de 2013, a Cogeam reafirmou a distribuição da oferta missionária nacional em: 35% REMNE, 35% REMA; 10% Ação Social, 10% Fundo Missionário; 5% Emergências e 5% Divulgação; e aprovou o alvo nacional de 550 mil reais e a recomendação de que as regiões eclesiais invistam o excedente da oferta missionária nas parcerias missionárias para implantação de novas regiões. A discussão da proporção da participação de cada região no alvo nacional, que até o momento era definida pelo Colégio Episcopal, levou à decisão de que o GT Sustentabilidade estude uma proposta de participação das regiões com critérios a partir da realidade atual das regiões, a ser apresentada na reunião de junho de 2013, para implantação em 2014.

Em setembro de 2013, a Cogeam aprovou o alvo de 600 mil reais para a Oferta Missionária Nacional de 2014 e encaminhou ao Colégio Episcopal para a subdivisão dos alvos regionais.

Em novembro de 2014, a Cogeam aprovou o alvo nacional de 650 mil reais para a Oferta Missionária Nacional 2015; e, atendendo solicitação da Remne, fixou o valor de 230 mil reais a ser antecipado para a compra do imóvel em Porto Seguro – BA, para construção do templo. E definiu os alvos regionais em: 1ª Região – R\$ 95.082,00, 2ª Região R\$ 29.900,00, 3ª Região – R\$ 130.000,00; 4ª Região – R\$ 101.400,00, 5ª Região – R\$ 97.500,00, 6ª Região – R\$ 59.800,00, 7ª Região – R\$ 84.318,00, Remne – R\$ 29.900,00 e Rema – R\$ 22.100,00. Também definiu a porcentagem do total de recebimento da oferta: 35% para Remne, 35% para Rema, 10% social, 10% missionária, 5% emergência e 5% divulgação.

2.5.3. Expansão missionária

Em novembro de 2014, com a solicitação de desligamento do Rev. Luis Carlos de Lima Araújo (3ª RE), por motivo de mudança de nomeação, a Cogeam elegeu Paulo de Tarso Caetano Pontes (5ª RE) para pessoa de referência para Plano Estratégico do Avanço Missionário.

2.5.4. Entidades Parceiras

Em agosto de 2014, a Cogeam respondeu à solicitação da Capelania Militar Evangélica do Brasil – ACMEB de oferta para sua campanha de aquisição de um automóvel. Como a solicitação é enviada a diversas denominações, a Cogeam aprovou oferta no valor de 500 reais, além da contribuição anual de 2.400 reais que enviamos.

Em fevereiro de 2015 aprovou-se o valor de R\$ 1.000,00 para a taxa de anuidade para a Aliança Evangélica.

2.5.5. Missões e Missionários/as

Em abril de 2012, estudando a situação dos missionários e missionárias no exterior, cujos valores de pecúlio estavam acumulados na Sede Nacional (em banco), a Cogeam decidiu transferi-los para a Região de origem de cada missionário/a, com a orientação para se efetuar os depósitos mensais nesta mesma dinâmica. Também elegeu-se um grupo de trabalho para elaboração de um anteprojeto de documento que regulamente as garantias dos/as missionários/as (recolhimento de INSS, seguros e pecúlio) quando das parcerias missionárias, descrevendo itens obrigatórios e de recomendações, estabelecendo o que é obrigação regional e o que é da Sede Nacional. Em agosto seguinte, a Cogeam aprovou o documento com as teses apresentadas no “acordo missionário”, e criou um roteiro mínimo do que precisa se ter em um formulário anexo, no qual se possa ampliar os critérios e normas.

Em março de 2013, em análise das parcerias missionárias no exterior, decidiu-se que a Secretaria Executiva de Vida e Missão (SVM) divulgue nas regiões e periódicos que as regiões, grupos societários, igrejas locais que façam missão transcultural devem comunicar à SVM, para que a Sede Nacional e Cogeam acompanhem e supervisionem a ação missionária.

Em setembro de 2013, aprovou-se a realização de culto, homenagem e presente para o casal missionário Gordon Greathouse e Maria Teresa Greathouse, como gratidão ao trabalho realizado no Brasil, especialmente junto ao Projeto Sombra e Água Fresca. O culto e homenagens ocorrerão no término da parceria missionária.

Aprovou a proposta de intercâmbio da Igreja da Grã-Bretanha, encaminhando-a ao Colégio Episcopal para continuidade do diálogo.

2.6. Decisões Financeiras

2.6.1. Orçamento

Em dezembro de 2011, o orçamento 2012 foi aprovado a partir da proposta da Secretaria de Vida e Missão, contendo as seguintes alterações e orientações: 1) que o seguro de vida dos integrantes do Colégio Episcopal aumente no prêmio para 120 mil reais e que metade do pagamento passe para a região de origem, 2) que fiquem a encargo da Sede Nacional apenas os seguros dos bispos da Remne e Rema, Bispo Stanley da Silva Moraes e a Revda. Joana Darc Meireles. 3) E que as regiões passem a pagar um auxílio funeral aos bispos e bispa. 4) Que se cobre o Consad o aluguel atrasado do IEP de 2011, no valor de 700 mil reais e mais 1 milhão de reais do pagamento a receber do empreendimento imobiliário Masterplan (detalhes em *"2.6.2. Aluguéis, 3.1.2. Transação Imobiliária para regularização documental e 4.1.4. Empréstimos"*).

Em fevereiro de 2012, fez-se o remanejamento do orçamento, com acréscimo de 3 mil reais para a Coordenação do Avanço Missionário e de outros 3 mil reais para a Coordenação de Educação Cristã. Equilibrou-se o orçamento com o registro das entradas com a correção dos aluguéis em 20 % - um aumento de 480 mil reais no ano e os 700 mil reais dos aluguéis atrasados do IEP.

Em novembro de 2012, aprovou-se o orçamento a partir de proposta da Secretaria de Vida e Missão com os ajustes: 1) criação de um Fundo para o Projeto Sombra e Água Fresca para itens emergenciais; 2) a inclusão de rubrica do Projeto Sombra e Água Fresca com mil reais por mês; 3) considerou-se um aumento de 4,10 % de despesa, e na receita não houve aumento. Decidiu-se manter o valor dos aluguéis sem reajuste, 240 mil reais mensal das IME'S (IMS e IEP), com projeção de 409 mil reais negativo no ano. Para cobrir o déficit, decidiu-se negociar o recebimento de atraso de aluguéis, que somava 700 mil reais. E aprovou-se o reajuste de 7% na Base Nacional.

Em dezembro de 2013, o estudo orçamentário demonstrou que a nova fórmula para as cotas de participação missionária das regiões na missão na Remne e Rema implicaram maior participação da contribuição da Sede Nacional. Tendo em vista o atraso dos aluguéis, isso impacta em uma redução de receita no ano no valor de 88 mil reais. O orçamento foi aprovado mesmo com esta constatação e definiu-se absorver a redução (88 mil reais) pela tesouraria nacional, utilizando-se reservas.

Em novembro de 2014, a Tesoureira apresentou a execução do orçamento 2014 até aquele momento, que sofreu ajustes no meio do ano. Apesar de resultado contábil negativo em 550 mil reais, a perspectiva era de fechar com um resultado positivo em cerca de um milhão,

devido ao ajuste dos aluguéis. Aprovou-se o orçamento 2015 com duas ressalvas a serem ajustadas posteriormente: a alínea do projeto Sombra e Água Fresca (quais as parcelas de participação da Sede Nacional e da receita oriunda da Igreja da Alemanha no sustento de funcionária); e a possibilidade de reajuste do aluguel do IEP e de recebimento de aluguéis atrasados.

2.6.2. Aluguéis

Nos acordos realizados com o Instituto Educacional Piracicabano – IEP, a AIM vem sofrendo prejuízo. Primeiro, no recebimento relativo a empreendimento imobiliário (Masterplan) acordado em dezembro de 2009. Originalmente, a empreendedora não estava disposta a negociar com a Igreja. Como solução, decidiu-se pela venda de patrimônio da AIM para o IEP e consequente negociação entre este e a empresa. No compromisso particular de venda e compra, assinado em dezembro de 2009, ficou acertado que o IEP pagaria a AIM o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), na seguinte proporção:

- R\$ 1.000.000,00 em 2009;
 - R\$ 1.500.000,00 em 2010;
 - R\$ 1.500.000,00 em 2011;
 - R\$ 4.000.000,00 em 2012;
 - R\$ 2.000.000,00 em 2013.
- Total: R\$ 10.000.000,00

Deste acordo, os valores recebidos pela Sede Nacional foram:

- R\$ 500.000,00 em 2009;
 - R\$ 750.000,00 em 2010;
 - R\$ 400.000,00 em 2011;
 - R\$ 1.200.000,00 em 2012;
 - R\$ 300.000,00 em 2013.
- Total: R\$ 3.150.000,00

Posteriormente, no ano de 2012, dada a impossibilidade de recebimento dos valores na forma acordada, bem como parcelas pendentes de aluguel e débito acumulado do IEP para com a AIM, houve decisão da Cogeam registrada em ata de fevereiro de 2012, nos seguintes termos: a) reajuste de aluguel em 20%; b) pagamento, pelo IEP, de R\$ 700.000,00 referente a dívida de aluguel de 2011; c) que o pagamento da transação de 2009, vinculada ao pagamento do empreendimento Masterplan em Piracicaba, fosse proporcional ao recebimento previsto, ou seja R\$ 1.560.000,00.

Vale salientar que a Cogeam considera, a título de aluguel, que: em 2010 e 2011 não houve qualquer pagamento efetuado pelo IEP; que em 2012 foi pago o montante de R\$ 1.450.000,00, que se repetiu em 2013. Em 2014, o pagamento foi de R\$ 1.329.000,00.

Em fevereiro de 2012, a Cogeam solicitou ao Consad explicações sobre a parte do aluguel devido AIM Fateo. Em março de 2013, o Consad reapresentou os riscos legais que temos na relação AIM e RME, e apresentou proposta de diálogo para centralização dos aluguéis na Sede Nacional e esta compartilhar com as regiões e outros segmentos. A Cogeam aprovou a criação de um Grupo de Trabalho composto por 5 representantes: a) Colégio Episcopal, b) Cogeam, c) Consad, d) Conselho da Fateo e e) Administração da Fateo, para tratar da parte do aluguel devida à Fateo.

Em junho de 2013 a Cogeam rejeitou uma proposta do Consad de redução de 15% no valor dos aluguéis pagos à Sede Nacional e Regiões. Na mesma ocasião, acolheu-se a correspondência da 3ª Região cobrando sua participação nos aluguéis. A Cogeam reconheceu a exatidão da ata da Cogeam nº 02/2008 e reconhece que há uma dívida de 0,5% da receita do IMS de 2008 em diante para com a Terceira Região Eclesiástica. A Cogeam aguardará uma resposta da Rede sobre os atrasos no pagamento de dívidas de acordos com os diversos segmentos da Igreja. A carta foi acolhida e arquivada.

Em abril de 2014, a Cogeam cobrou o Consad sobre a regularização contábil proposta entre IEP e AIM, da qual, sem que a Cogeam tivesse clareza, houve o “perdão” da dívida do IEP sobre o empreendimento da Masterplan. O Diretor Geral esclareceu que o valor pago de 100 mil reais até aquele momento, referente ao empreendimento Masterplan, poderia ser encaminhado posteriormente, como fonte de outras negociações. Na sequência, foram apresentados dois imóveis da AIM, utilizados pelo IEP, um para clínica de fisioterapia e o outro para escritório jurídico, esquecidos na regularização contábil de fevereiro. Assim aprovou-se a transferência desses dois imóveis ao IEP mediante transferência de escritura no cartório de imóveis e a transação justifica a transferência de valores (resíduos da Masterplan) por um período transitório até que se haja entrada de recursos com outras negociações (detalhes em “3.1.2. *Transação Imobiliária para regularização documental e 4.1.4. Empréstimos*”).

Em fevereiro de 2015, a Cogeam ratificou a participação da 4ª RE nos aluguéis recebidos pela Sede Nacional. O valor da participação, 17 mil reais, sabe-se, ajuda a compor a contribuição da 4ª Região no sustento das regiões missionárias em 26 mil reais. Esclareceu-se que o atraso no pagamento dos aluguéis à Sede Nacional, e conseqüente encaminhamento da parte devida à 4ª Região, não deve levar a 4ª Região a atrasar, cessar ou interromper sua contribuição com as regiões missionárias.

2.6.3. Tesouraria

Em abril de 2012, estudando a situação dos missionários e missionárias no exterior, sobre os valores acumulados (em banco) referente aos seus pecúlios, na Sede Nacional, a Cogeam

decidiu transferi-los para a Região de origem de cada missionário/a e efetuar os depósitos mensais nesta mesma dinâmica.

Em junho de 2012, finalizou-se o relatório financeiro do 19º CG, com um superávit de R\$ 121.690,12. A Cogeam reiterou a decisão de devolução do superávit às regiões eclesiais; porém, os valores devidos à Fateo e RME foram encaminhados para o Fundo dos Desbloqueios.

Em agosto de 2012, diante da experiência de apoio ao Revmo. Bispo Adonias Pereira do Lago, em momento de enfermidade súbita, a Cogeam discutiu a necessidade de uma cobertura nacional do plano de saúde episcopal. Assim solicitou-se à Secretaria de Vida e Missão um estudo de custos nesse sentido. Solicitou-se o reembolso da despesa de transporte aéreo à Unimed, de modo amigável e, se necessário, por via judicial, e que fosse feita pela Administração Regional da Quinta Região. E que os recursos que saíram para cobrir esta despesa fossem recolhidos do Fundo de Emergência.

Em novembro de 2012, o estudo solicitado revelou a importância de se estabelecer uma política de padronização para o Colégio Episcopal: Plano de Saúde – melhorar os planos existentes migrando para nível nacional e apartamento; Previdência Privada: VGBl e PGBL; Seguro de Vida – que conste morte de qualquer causa: acidental, invalidez por acidente, seguro funeral. A Cogeam aprovou orientação às regiões que sigam esses critérios para melhorar as condições de plano de saúde, previdência privada e seguro de vida para os bispos e bispa. Também solicitou à Mesa do Colégio Episcopal que verifique a comprovação de contribuição ao INSS dos bispos e da bispa, e que anualmente o presidente do Colégio Episcopal relate à Cogeam.

2.6.4. Conselho Fiscal

Em abril de 2012, diante da necessidade de anualmente fazer o balanço da Sede Nacional, a Cogeam escolheu o procedimento de contratação de empresa de auditoria externa a partir de, no mínimo três orçamentos apresentados pela secretaria executiva. E o conselho fiscal poderia utilizar-se da auditoria ou não para emitir seu parecer. Dois meses depois, acolheu-se o relatório da auditoria externa. Destacou-se que o déficit que aparece na auditoria é oriundo da Editeo, que utiliza o CNPJ da AIM Nacional. O destaque foi dado a conhecer ao Colégio Episcopal e Conselho Fiscal.

Em agosto de 2012, a Cogeam acolheu ao relatório do Conselho Fiscal. Destacou-se do balanço que, apesar de alguns novos investimentos não serem ainda possíveis, a Sede Nacional não está acumulando nenhuma dívida.

Em novembro de 2012, acolheu-se ao parecer da tesouraria sobre o relatório do conselho fiscal. Destacou-se a sugestão para o item “Venda de Ativo Imobilizado”: sugeriu-se

repactuação formal. A Secretária Executiva de Vida e Missão informou que estão cumprindo as recomendações do conselho fiscal.

Em setembro de 2013, o conselho fiscal fez-se representar pelo seu presidente na reunião da Cogeam. E ressaltou destaques apontados pelo relatório, especialmente a preocupação com o sustento da Área Nacional da Igreja Metodista.

Em novembro de 2014, a Cogeam acolheu o relatório de auditoria externa e o relatório do conselho fiscal. Destacou-se a observação do conselho fiscal no parágrafo que diz *“Permanece inalterado a situação do Instituto Metodista Bennett em relação ao relatório do exercício de 2012, conforme abaixo: 'Com relação aos créditos a receber do Instituto Metodista Bennett, também não chegou a este conselho o resultado de tratativas de recuperação ou não da instituição. Cabe lembrar que na Ata da 7ª sessão plenária do XIX Concílio Geral, pag. 13 do livro de atas e documentos, foi aprovada proposta substitutiva que autorizava a venda de bens das instituições “para sustentabilidade financeira das mesmas” e que segundo explanação ao plenário, enfatizava a necessidade de solucionar as dívidas mais urgentes, o que incluiria os créditos da AIM”*.

Em setembro de 2015 a Cogeam recebeu o relatório do conselho fiscal para leitura e posterior análise na reunião de dezembro.

2.6.5. Cotas de participação missionária

Diante das manifestações de descontentamento, por parte de algumas Regiões, com o valor das cotas de participação missionária, especialmente a clareza de critério e fórmula da divisão do valor. Em abril de 2012 a Cogeam elegeu um grupo de trabalho para estudar uma proposta de revisão do critério de participação missionária das regiões no sustento da Remne e Rema.

Em agosto de 2012, o GT relatou ter recebido uma proposta oriunda da câmara de administração da 3ª RE, mas que por ainda não ter analisado, solicitou novo prazo à Cogeam.

Em junho de 2013, o estudo e a proposta do grupo de trabalho foram apreciados e aprovou-se as premissas da nova fórmula composta parte porcentagem de arrecadação e parte de percentual de membros. Mas devido a regiões que não enviaram os dados ou enviaram balanços de anos passados, a Cogeam estabeleceu cobrança às regiões e novo prazo ao grupo de trabalho.

Em setembro de 2013, a Cogeam aprovou nova fórmula que considera três fatores: a) porcentagem de 1% sobre arrecadação, com um redutor conforme o crescimento da região; b) a contribuição de R\$ 1,00 por membro; e c) uma base nacional (na época, era R\$ 1.100,00) por ano pelo número de membros da delegação ao geral, na nova composição do Concílio Geral. Na discussão, refletiu-se sobre a importância de se estudar a sustentabilidade da Sede Nacional, deixando os recursos oriundos dos aluguéis para investimentos. A Cogeam aprovou

que o GT Sustentabilidade inicie o estudo dessa passagem dos aluguéis ao custeio pelas regiões.

2.7. Decisões referentes à Organização da Igreja

2.7.1. Organização da Área Nacional e da Cogeam

Em outubro de 2011, a primeira pauta da atual gestão foi analisar a organização da área nacional. Aprovou-se a estrutura expressa pelo organograma, constituindo-se de duas unidades superiores: 'Colégio Episcopal' e 'Cogeam'; uma unidade intermediária 'Vida e Missão' e abaixo da 'Vida e Missão' três unidades: 'Avanço Missionário', 'Educação Cristã' e 'AIM'. Solicitou-se ao Grupo de Trabalho: detalhamento das funções e consideração da sustentabilidade da Sede Nacional. Solicitou-se ao Consad elaboração de estudo sobre a vinculação do COGEIME à estrutura da Área Nacional. Aprovou-se encaminhamento à Comissão de Legislação e Harmonização de alteração do artigo 89 que diz: "subordinam-se diretamente à Cogeam: I – O/A Secretário/a para a Vida e Missão, que é responsável pelas áreas de Expansão Missionária, Educação, Ação Social e Administrativa, cujas atribuições, composição e funcionamento são estabelecidos em regulamento próprio, aprovado pela Cogeam" para "subordinam-se à Cogeam todos os órgãos e secretários/as da Área Nacional regulamentados pelo Regimento....".

Elegeu a sua Mesa composta de Eric de Oliveira Santos, vice-presidente, e Revda. Cristiane Capeleti Pereira, secretária. Para a Sede Nacional decidiu-se manter a equipe de pessoal como estava e em 2012 fazer estudos de transição e ajustes. Estudos e ajustes que não foram realizados, em parte porque a Secretária de Vida e Missão sempre nos apontou a importância da manutenção ou de substituição de acordo com as necessidades operacionais e outra parte pela falta de recursos financeiros.

2.7.2. Plano Nacional Missionário (PNM) e Planejamento Missionário Estratégico (PME)

Em março de 2013, o relatório do trabalho desenvolvido pelo GT do Planejamento Estratégico foi apresentado. Incompleto, o estudo demandava uma pessoa, com mais habilidades técnicas para dar corpo ao trabalho, que dialogasse também com os setores e elaborasse um planejamento conforme decisão conciliar. A Cogeam aprovou que a Revda. Joana Darc Meireles contactasse pessoas com o conhecimento e com o perfil para desenvolver esse trabalho de assessoramento a ela e ao GT de Planejamento.

Em junho de 2013, a Cogeam reafirmou o conceito de que o Plano Nacional Missionário - PNM – documento editado e publicado – fosse estudado e planejado para execução ao longo de 15 anos, e que para o próximo quinquênio ele seja ajustado. Assim, elaboramos as ações para o 'Plano Missionário Estratégico - PME para 15 anos' (decisão do 19ºCG) e as ações para o Plano Nacional Missionário (livreto PNM) para o período de 5 anos. O PNM foi publicado no site da Sede Nacional. O PME foi incorporado aos estudos sobre o avanço missionário e seu conteúdo

foi incorporado pelo atual “Plano Estratégico do Avanço Missionário” também publicado no site da Sede Nacional.

2.7.3. Regiões

Em agosto de 2012, a 1ª RE enviou solicitação de realização de concílio geral extraordinário para discutir e decidir assuntos da RME. A Cogeam entendeu que as decisões, ora tomadas, em relação à RME, contrariam o propósito de um Concílio Geral Extraordinário para discussão do assunto. Respondeu à 1ª RE com informações sobre os encaminhamentos dados com o IMB. Também reafirmou-se esperar a aplicação da decisão tomada naquela reunião – escolha de novo Diretor Geral e recomposição do Consad – ser encaminhada, avaliar o processo e compartilhar a análise em reunião com os segmentos.

Em março de 2013, a 1ª RE solicitou pagamento dos honorários advocatícios de processo que irmã da 1ª RE moveu contra João Fortes Engenharia – JFE. A Cogeam decidiu e respondeu que a 1ª Região pagasse os honorários, uma vez que pessoa da 1ª Região, sem autorização, levantou o processo (detalhes em “3.1.4. *Processos Judiciais Internos e 4.1.2. Ações de Negociação imobiliária, Projeto imobiliário IMB*”).

Em março de 2013, em atendimento às decisões do 19º CG, a Cogeam enviou lembretes à Direção Geral da Rede de Educação e às Coream’s acerca da necessidade de harmonização do regimento regional de acordo com os novos Cânones, especialmente quanto ao item eleição episcopal.

Em junho de 2013, a Cogeam acolheu a correspondência da 3ª Região, cobrando sua participação nos aluguéis. A Cogeam reconheceu a exatidão da ata da Cogeam nº 02/2008 e reconhece que há uma dívida de 0,5% da receita do IMS de 2008 em diante para com a Terceira Região Eclesiástica. A Cogeam aguardará uma resposta da Rede sobre os atrasos no pagamento de dívidas de acordos com os diversos segmentos da Igreja. A carta foi acolhida e arquivada.

Em dezembro de 2013, diante da possibilidade de uma melhor negociação com todo o imóvel do IMB e o desejo da 1ª Região em manter o Colégio Metodista Benett no imóvel, decidiu-se por uma reunião com Mesa da Coream da 1ª RE, mais alguns outros líderes da 1ª RE, Mesa do Consad, Mesa do Colégio Episcopal e Mesa da Cogeam e chegou-se a um acordo: *“Os representantes presentes dos segmentos entram em consenso que a desmobilização total do imóvel é a melhor alternativa para o processo de equacionamento da dívida. Há consenso com a proposta do Bispo João Carlos: que no momento de fechar algum negócio que se mantenha os 3 representantes participando nas discussões, especialmente dos tópicos 1) como será a continuidade da educação básica?, 2) o estudo da questão do local da sede regional e 3) o estudo da questão do terreno na Barra da Tijuca (propriedade metade da igreja e metade do IMB)”*. Na sequência desta, a Cogeam teve sua reunião plena onde aprovou destinar 10% do valor total bruto do empreendimento para a 1ª RE manter o Colégio Benett em outro local no Rio de Janeiro – RJ e 3% para instalação da Sede Regional, à medida que os recursos entrarem; e transferência de escritura do imóvel da Barra da Tijuca para a 1ª RE.

Em dezembro de 2013, diante dos estudos e planejamento que a 1ª RE realizou, com o Revmo. Bispo Paulo de Tarso de Oliveira Lockmann, a Cogeam aprovou a criação de uma nova região eclesial a partir da subdivisão da atual 1ª Região, estabeleceu o período de dois anos para o processo de transição e definiu que a cada três meses a atual Coream da 1ª Região enviasse relatório à Cogeam prestando contas do processo de instalação e que até final de 2015 estivesse completa a instalação da 7ª Região.

Em dezembro de 2013, a Cogeam apreciou solicitação da 4ª RE ao IMG de doação de terreno no bairro do IMG para construção de igreja, que nasceu dentro da propriedade do IMG. O Colégio Episcopal, ciente da solicitação da 4ª RE, encaminhou à Cogeam proposta de comodato em capela a ser construída pela 4ª Região na propriedade do IMG no bairro, o que foi aprovado e encaminhado ao Consad.

Em abril de 2014, a Cogeam recebeu e-mail do Diretor Geral em que ele relatava a solicitação da 1ª Região sobre honorários e custos de ação movida pela 1ª RE contra a João Fortes Engenharia. No e-mail, fica claro o desejo da 1ª Região em que esta despesa fosse paga com recursos oriundos do empreendimento no imóvel do IMB. A Cogeam deixou o assunto sobre a mesa; quando houver a finalização do negócio com o imóvel do IMB voltar-se-á a discutir a questão (detalhes em “3.1.4. Processos Judiciais Internos e 4.1.2. Ações de Negociação imobiliária, Projeto imobiliário IMB”).

Em abril de 2014, a Coream da 3ª Região reclamou a cobrança de taxa de uso da UMESP para o programa regional “Dia da Mocidade Metodista”, realizado em 8 de março de 2014. A região solicitou a revogação da cobrança da taxa e a devolução do valor pago. Em vista de reiterar a relação de parceria entre a AIM e as IMES visando a missão da Igreja Metodista, a Cogeam decidiu que as IMES acolham eventos da área nacional e regiões sem custo adicional e sem alteração nos valores locatícios, mediante envio de cronograma pela Cogeam e Coream's, em harmonização com o calendário da instituição.

Agosto de 2014, diante do não recebimento das estatísticas 2013 da REMNE, 2ª e 4ª Regiões, aprovou-se o envio de cobrança, bem como solicitou-se que os representantes destas Cogeams dialogassem com as suas regiões.

Em agosto de 2014, a Cogeam respondeu questões enviadas por Reinaldo Cajuela (3ª RE) sobre a igreja e sobre a RME.

Em novembro de 2014, um processo junto à CGCJ movido pela 1ª Região contra a Cogeam solicitava interrupção do processo de negociação do imóvel do IMB com o Mackenzie e dizia ter uma proposta de venda de um imóvel da AIM 1ª RE para ser dado em pagamento da dívida do IMB. A Cogeam e o Consad, através de representantes, dialogaram com a 1ª Região. Mas a interrupção da negociação com o Mackenzie não poderia ser feita naquele momento. A proposta alternativa de negociação da 1ª Região era interessante mas sem consistência para o momento. Respondeu-se à CGCJ: “Não vamos suspender a negociação com o Mackenzie porque temos uma cláusula de resolução do contrato até dia 30/11/2014”. Enviou-se um GT da Cogeam, acompanhado de representantes do Consad, para dialogar com representantes da 1ª Região, para se comprovar a sustentação da proposta, para considerá-la, caso a proposta do Mackenzie caísse em 30/11/14 (um dos prazos de etapa da *Due Dilligence*). A Cogeam decidiu

considerar dialogar sobre a proposta da 1ª Região se o valor fosse igual ou maior que o oferecido pelo Mackenzie. A proposta continha a apresentação de parte da propriedade Fazenda Inhoaíba, Av. Cesário de Melo, nº 6851, Campo Grande, Rio de Janeiro – RJ. Mas até aquele momento (bem como do conhecimento da Cogeam até o fechamento deste relatório) não houve nenhuma proposta concreta de negociação do referido imóvel. Também a negociação com o Mackenzie não se concretizou.

Em fevereiro de 2015, o Bispo Presidente apresentou relatório constando a aprovação, pelo Colégio Episcopal, de que a Sétima Região já tomasse assento nos órgãos de representação. A Cogeam encaminhou consulta à Comissão Geral de Constituição e Justiça sobre o assunto. A resposta, emitida em 15 de março de 2015 e publicada no site nacional, aponta a lacuna na legislação, a qual pode ser suprida por Ato Complementar do Colégio Episcopal e entende que os representantes da 1ª RE também representavam a 7ª RE. Em 15 de julho de 2015, o Colégio Episcopal promulgou o Ato Complementar nº 01/2015, que autoriza as regiões eclesiais criadas no interregno do concílio geral a terem seus representantes na Cogeam. Em setembro de 2015 a 7ª RE solicitou, a partir de listas tríplices, a eleição de seus representantes na Cogeam. Elegeram-se Nelson Santos de Souza, clérigo, e Anderson Tinoco, leigo.

Em maio de 2015, após a Secretária de Vida e Missão relatar sobre o desenvolvimento do trabalho metodista indigenista em Tremembé, CE e apresentar dados recolhidos de sua visita ao local, a Cogeam aprovou a compra de dois automóveis no valor de até 50 mil reais, com recursos do fundo de emergência da Campanha da Oferta Missionária Nacional, sendo um alocado na missão Tremembé para uso da missionária e outro para uso da igreja em Acaraú que atende pastoralmente a missão Tremembé.

Em maio de 2015, a partir de correspondência da 5ª RE, a Cogeam aprovou a proposta do desdobramento da 5ª Região em duas regiões, com extração do território regional para formação da nova região das unidades federais: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Tocantins, sendo denominada 8ª Região Eclesiástica. A Cogeam encaminhou a proposta para o parecer do Colégio Episcopal. Com o parecer favorável deste, a decisão se efetivou.

2.7.4. Operacional da Sede Nacional

Em abril de 2012 a Cogeam definiu que se realizem as reuniões dos grupos e líderes de áreas específicas, prioritariamente, na Sede Nacional, com vistas a minimizar os custos e facilitar a infraestrutura.

Em setembro de 2013, aprovou-se que a Secretária de Vida e Missão, auxiliada dos Bispos Nelson Luiz Campos Leite e Paulo Ayres, estabeleça uma política de guarda permanente de documentos e se estabeleça ações para retirada dos arquivos na garagem, conforme exigências do Corpo de Bombeiros. A política de guarda permanente foi estabelecida e uma pequena reforma no edifício da Sede Nacional preparou uma sala que passou a abrigar as publicações. A remoção dos estoques da garagem para a nova sala em breve será concluída e o processo para certificação do Corpo de Bombeiros será retomado.

Em fevereiro de 2014, revendo as orientações do 19º CG, verificou-se a proposta de organização da área nacional: *“O presidente convida Magali do Nascimento Cunha, leiga, 3ª RE, coordenadora do Grupo de Trabalho sobre o tema, para apresentar seu relatório. A coordenadora esclarece que o relatório foi elaborado a partir de diretrizes. Posta em votação, a proposta recebe 105 votos favoráveis, 02 abstenções e 02 votos contrários. A proposta é aprovada. Neste contexto, são encaminhadas para o Colégio Episcopal e Cogeam as propostas constantes no relatório, exceto a proposta I/006 (06/2008), por se referir à esfera regional e estar no relatório por engano. A proposta é aprovada com as alterações efetuadas (anexo105)”*. A Cogeam entendeu que a estruturação já foi realizada no início do mandato.

2.7.5. Regimentos

Em fevereiro de 2012, a Cogeam atualizou e aprovou o novo regimento interno da comissão de bolsa de estudos.

Em agosto de 2012, a Cogeam solicitou à Secretária de Vida e Missão que dialogasse com os segmentos da área nacional para que apresentassem seus regimentos e estatutos, para que tenhamos um ‘mapa’ do que temos e em que situação está cada regimento.

2.7.6. Comissão Geral de Constituição e Justiça - CGCJ

Em agosto de 2014 a Comissão Geral de Constituição e Justiça – CGCJ solicitou alteração em parte do Regulamento do Pecúlio. Assim, a Cogeam alterou o Regulamento do Pecúlio no item 2 para: *“O pecúlio será formado pela contribuição mensal, calculada na alíquota de 8% (oito por cento) do subsídio e adicionais de responsabilidade da igreja ou órgão ao qual estiver vinculado o/a clérigo/a, por nomeação episcopal”*.

2.7.7. 19º CG

Em junho de 2012, a Cogeam recebeu o relatório financeiro do 19º CG que apresentou superávit de R\$ 121.690,12. Reiterou-se a devolução do déficit às regiões eclesiais conforme decisão da Cogeam em gestão anterior; e aprovou-se que os valores devidos à Fateo e Rede sejam encaminhados para o Fundo dos Desbloqueios.

Em agosto de 2012, a Cogeam solicitou à Secretária Executiva para a Vida e Missão o levantamento nas atas do 19º Concílio Geral das determinações do concílio à Cogeam a ser

apresentado na próxima reunião. A lista de pendências foi analisada em fevereiro de 2014 e verificou-se que as decisões do 19º CG pendentes de execução já foram atendidas por esta Cogeam, exceto a questão da **PROPOSTA I/003 (01/024) Evangelização – Meta Nacional - “Estabelecimento de meta nacional de crescimento, inclusive, municiando a igreja com materiais e demais instrumentos de capacitação para tal. Que seja definido um número de pessoas a serem alcançadas com Evangelho de Jesus Cristo em todo o país (meta nacional de crescimento), com projetos regionais específicos (inclusive percentuais).”** Após análise, por proposta do Bispo Presidente, aprovou o encaminhamento da proposta para o Colégio Episcopal, discutir a questão em conjunto com o Plano Estratégico de Expansão Missionária.

Em junho de 2013, acolheu-se o relatório do Rev. Jonadab Domingues de Almeida, Secretário de Organização do 19º Concílio Geral que constatou um erro e uma inconsistência nas atas. A Cogeam aprovou a publicação de errata sobre a omissão de citação do nome do Revmo. Bispo Luiz Vergílio Batista da Rosa, nos relatórios da Comissão de Escrutínio (p. 435/436 do “Atas e Documentos do 19º CG”), no 1º escrutínio, quando recebeu 78 votos e no 2º escrutínio (p. 437/438 do “Atas e Documentos do 19º CG”), quando foi eleito com 99 votos, conforme consta na ata da 4ª sessão, dia 12/07/2011. Aprovou o encaminhamento de cópias da errata a serem anexadas aos exemplares do “Atas e Documentos do 19º CG” que encontram-se nas bibliotecas, no Centro de Memória, nos Seminários Regionais e Sedes Regionais. A inconsistência apresentada pelo Rev. Jonadab Almeida dizia respeito à redação equivocada dos Cânones, artigo 105, p. 293, que trata da composição do concílio geral. A diferença de redação faz com que o número de delegados/as ao concílio geral seja dobrado. A Cogeam aprovou solicitação ao Colégio Episcopal de um Ato Complementar que corrija o erro cometido pela Comissão de Legislação e Comissão de Redação.

2.7.8. 20º CG

Em fevereiro de 2015, a Cogeam acolheu o Rev. Jonadab Domingues de Almeida, Secretário Executivo do 20º Concílio Geral (planejado para 3 a 10 de julho de 2016 em Teresópolis – RJ), que apresentou o estudo orçamentário do evento, as fotos, a infraestrutura e o concurso para a logomarca. A Cogeam aprovou o orçamento apresentado para o 20º Concílio Geral com a recomendação aos executivos e GT Organizador que diminuam os custos em, no mínimo 15%; todo valor economizado será descontado do valor de contribuição da Sede Nacional nos custos do concílio, que na ocasião estava em 300 mil reais.

Em maio de 2015, a Cogeam elegeu dentre seus integrantes, grupo de trabalho para elaboração das suas propostas ao 20º Concílio Geral.

Em setembro de 2015, a Cogeam recebeu do GT Organizador do 20º CG o cronograma de documentos, estabeleceu seu cronograma interno de elaboração do relatório e cronograma e

os critérios para os segmentos da área nacional enviarem os relatórios para compor o relatório da Cogeam.

3. Decisões do Conselho Diretor da Associação da Igreja Metodista – AIM

3.1. Decisões da AIM referentes à Rede Metodista de Educação - RME

3.1.1. Imóveis em garantia de empréstimos da Rede

Ao longo do período eclesial, alguns empréstimos da RME necessitaram de garantia por meio de oferecimento de bens imóveis. Tal medida – oferecimento de bens imóveis da AIM – foi acolhida pelo Conselho Diretor. Em dezembro de 2012, para garantir empréstimo para a cobertura das despesas de final de ano na RME foram tomadas duas decisões: a) substituição de imóvel em hipoteca – imóvel do IMEC, à Rua Dr. Lauro do Oliveira, 71 em favor do Banco Santander; e b) oferecimento de Imóvel do IPA em garantia de pagamento de empréstimo.

Em março de 2013, ante os bloqueios judiciais sofridos pela igreja, decidiu-se pela organização de cadastros de imóveis: um de imóveis da igreja (nacional, regional e local) e outro de imóveis das IME's. A relação devia constar de imóveis ociosos para possível formação de um fundo de desbloqueio. O Secretário Executivo fez a parte dele, solicitando informações e levantando dados, mas até junho daquele ano, somente a 3ª Região enviara a relação. Concedeu-se mais um prazo, até agosto de 2013, e decidiu-se que a região que não informasse os dados, não teria reembolso se e quando houvesse bloqueio de contas bancárias. A relação de imóveis ociosos até o momento carece de informações das regiões, bem como não foi organizado um fundo de desbloqueio. Em parte porque a RME conseguiu organizar uma conta bancária para indicação ao judiciário quando houver necessidade de garantia e porque o Consad e RME reverteram a postura, buscando negociar as ações judiciais antes da execução.

No mesmo ano, o relatório da auditoria externa apontou a necessidade de conhecimento efetivo e perfeito registro de todos os imóveis de propriedade da AIM. O que iniciou-se como necessidade emergencial (fundo para reembolsar contas bancárias da igreja bloqueadas pela justiça) contribuiu para ordenar algo necessário desde a fundação da AIM. Aprovou-se que o Secretário Geral da AIM organize com os secretários regionais a relação do patrimônio da AIM. Quanto ao registro dos imóveis, ciente das dificuldades e da lentidão, o conselho diretor orientou que se continue e se persevere no processo de regularização. Em maio de 2015, o Secretário Executivo apresentou ao conselho a definição de uma ficha para catalogação dos imóveis das AIMs regionais.

3.1.2. Transação imobiliária para regularização documental

Em junho de 2013, aprovou-se a venda dos imóveis situados na Rua João Pedro Toledo Martins, nº 220, em Santa Bárbara D'Oeste/SP, matrículas nº 36915 e nº 36916, constituídos de uma casa de moradia e terreno. A transação não foi concluída, em razão de penhora nos bens. Tal constrição decorre de processos judiciais e impossibilitou, até o momento, a concretização da venda.

Em junho de 2013, para regularização, aprovou-se a transição de escritura definitiva a favor de Joaquim Manoel Paes Azevedo ou a quem de direito, referente ao imóvel quitado e localizado no loteamento denominado “Loteamento Granbery, à Rua Romão Guedes, constante do lote nº 03 da quadra “i”, com área aproximada de 1.448,75 m², em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Em fevereiro de 2014, para que a contabilidade do IEP expressasse sua realidade patrimonial aprovou-se: 1) a transferência de duas propriedades do balanço do IEP para a AIM, com matrículas nº 2540 e 2692, no campus Santa Bárbara do Oeste, estas propriedades já estão no registro de imóveis em nome da AIM; 2) a permuta do terreno do IEP no campus Santa Bárbara do Oeste (94.500 m²) pelo terreno, matrícula nº 2345, no campus Lins; 3) a transferência de todas as edificações do campus Santa Bárbara do Oeste para a AIM; 4) o encontro de contas entre IEP e AIM referente a saldo de aluguéis (no valor de R\$ 8.470.505,97) e saldo da dívida do terreno Taquaral (no valor de R\$ 6.450.000,00) desde que não haja saldo devedor para a AIM (R\$ 163.181,86); 5) a elaboração de documento entre AIM e IEP sobre os referidos terrenos (matrículas 2540 e 2692), sobre os quais há notificação extrajudicial pelo Banco Daycoval, em que o IEP assumira o ressarcimento de valor à AIM caso os terrenos sejam tomados pelo processo judicial oriundo do Hospital Samaritano, conforme descrição do item “3.1.5. Processos Judiciais Seculares, Processo movido pelo Banco Daycoval”, (1º parágrafo).

A Cogeam elaborou advertência ao Consad e Direção Geral que constou de: a) expressão de descontentamento por não ter sido informada da notificação extra judicial do Banco Daycoval pelo Diretor Geral nem Consad; b) solicitações de atenção do Consad com processos judiciais que ponham em risco o patrimônio das instituições e da AIM; de pesquisa de toda questão de encerramento do Hospital Samaritano, rastreando possíveis processos e cobranças que recaiam sobre IEP e AIM; e c) cobrança de reorganização do departamento jurídico da RME, tornando-o eficiente e proativo.

3.1.3. Contratos para Negociação imobiliária da Rede

De setembro de 2012 a agosto de 2015 a AIM desfrutou de serviços prestados pela empresa Z4. O encerramento do contrato foi por parte da Z4.

De meados de 2014 a junho de 2015 tivemos um contrato com o Instituto Presbiteriano Mackenzie, para verificação de documentação para possível negociação da propriedade do Instituto Metodista Bennett – IMB. O contrato encerrou-se sem prejuízos porque ambas as partes não conseguiram cumprir suas metas para concretização do negócio.

3.1.4. Processos Judiciais Internos

Em dezembro de 2011, a Cogeam foi notificada de que, em outubro de 2011, a irmã Rosemary Pfaffenzeller, integrante da Cogeam que terminou sua gestão ao final daquele ano, moveu ação judicial contra a empresa João Fortes Engenharia – JFE, em nome da AIM 1ª RE, cuja secretária executiva é ela, questionando o valor e o prazo do imóvel do IMB em negociação. Decidiu-se que o Grupo de Trabalho responsável pelas negociações do Instituto Metodista Bennett, assessorado pelo grupo de trabalho da 1ª Região, apresentasse na próxima reunião

da Cogeam as alternativas de negociações e propostas para o imóvel do IMB; que após esta apresentação a Cogeam decidiria qual melhor alternativa a seguir; que durante e até a apresentação do trabalho do GT e Consad, a decisão que havia sido tomada de se fazer o distrato com a João Fortes, com o menor risco, ficou suspensa; considerando a queixa do Presidente do Consad em relação ao processo judicial, definiu-se que o Bispo Presidente dialogue com a irmã Rosemari Pfaffenzeller a partir das considerações, conforme Cânones, Artigos 249 e 253 (detalhes em “2.7.3. Regiões e 4.1.2. Ações de Negociação imobiliária, Projeto imobiliário IMB”).

Em setembro de 2014, a Cogeam foi acionada pela Comissão Geral de Constituição e Justiça – CGCJ, por interpelação da 2ª Região. O motivo era a contrariedade à decisão da Cogeam de promover o desinvestimento de parte do ensino superior, que incluía as instituições presentes na 2ª RE. As manifestações informais desta e outras regiões levou a Cogeam, em reunião extraordinária, a suspender sua decisão pelo desinvestimento naquele momento, deixando claro que se houver necessidade futura, o assunto voltará a ser considerado.

Em novembro de 2014, outra ação na CGCJ chegou contra a Cogeam, movida pela 1ª RE, queixosa de que a AIM estivesse em *Due Dilligence* com o Instituto Presbiteriano Mackenzie – IPM. A 1ª Região também apresentou proposta de negociação para ajudar no equacionamento da dívida da RME. O contrato com o IPM não foi (porque não podia ser) rompido naquele momento, mas um grupo de representantes do Consad e Cogeam dialogou com a 1ª RE e acolheu a proposta, mesmo sendo esta pouco consistente no curto prazo (detalhes em “4.1.2. Ações de Negociação imobiliária, Projeto imobiliário IMB”).

3.1.5. Processos Judiciais Seculares

Processo movido pelo Banco Daycoval

No período em que a AIM encontrava-se sob a presidência do Revmo. Bispo João Alves de Oliveira, o IEP fez parceria com o Hospital Samaritano/Associação Evangélica Beneficente de Campinas-ASEBEC buscando viabilizar curso de medicina para a UNIMEP. Diante da necessidade de investimento, as partes fizeram contrato de empréstimo junto ao banco Daycoval, tendo a AIM participado como avalista garantidora, através de propriedades por ela indicadas. Com desdobramento em diferentes processos, iniciados com não cumprimento de parcelas pela ASEBEC, já em 2014, dada a iminência de consolidação de propriedades da AIM em favor do banco, decidiu-se pela efetivação de acordo judicial, mantendo-se como garantia as propriedades em Santa Bárbara do Oeste, que também tiveram sua transferência efetivada para a AIM através de ajustes contábeis entre IEP e AIM, conforme descrição do item “3.1.2. Transação imobiliária para acerto documental”, (3º parágrafo).

Processo movido por Mattos Miguel Editora Ltda.

Em abril de 2014, o conselho diretor estudou o andamento da relação e do contrato com a empresa Mattos Miguel. Decidiu, em razão do contrato assinado entre o editor nacional do No Cenáculo, Bispo Adriel de Souza Maia, e a empresa Mattos Miguel Editora Ltda, considerando a anuência da AIM no referido contrato e visando bom termo do pacto, que houvesse contratação de escritório jurídico para assumir a condução das reuniões e demais acertos que se fizerem necessários entre as partes. O escritório representaria a Igreja Metodista, buscando a preservação dos seus interesses.

Durante o ano de 2015, em cada reunião, o conselho da AIM recebeu informações sobre o processo judicial contra a Editora Cedro e apoiou os passos da empresa jurídica. Em fevereiro de 2015, diante do andamento do processo, a AIM aprovou ação de apoio ao Revmo. Bispo Adriel de Souza Maia, caso haja prejuízos sofridos em decorrências de nossa ação no processo.

Processo movido pelo Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul

Em abril de 2014, recebeu-se a informação pública de leilão de imóvel da AIM em uso pelo IMEC e do resultado da pesquisa sobre quem indicou o imóvel. A indicação do imóvel não foi por parte de autoridade competente da Rede. Ocorreu em 2003, em processo movido pelo sindicato dos professores. O conselho da AIM autorizou o Dr. Alexandre Rocha Maia a investigar a questão no fórum.

3.2. Decisões da AIM referentes ao No Cenáculo e Angular Editora

Desde outubro de 2011, quando esta gestão passou a acompanhar o processo do No Cenáculo, tomou-se conhecimento dos acordos com a Editora Cedro para passagem da gestão para a AIM. Em dezembro de 2011, o conselho da AIM acolheu proposta do Colégio Episcopal e escolheu o Revmo. Bispo Adriel de Souza Maia para o cargo de Editor do No Cenáculo. Em fevereiro de 2012, o Bispo Adriel apresentou seu plano de trabalho que, avalizado pelo conselho da AIM, recebeu poder de gestão na condução do diálogo e negociações com a Editora Cedro.

Em abril de 2012, o conselho da AIM aprovou o plano do Editor Nacional do No Cenáculo para acordo com a Ed. Cedro. As principais teses do plano constavam de passagem da gestão do No Cenáculo para a AIM e distribuição e comercialização pela Cedro até 2015. Em paralelo, desde aquele momento a AIM pode comercializar também. E houve acerto quanto à passagem do cadastro de assinantes da Cedro para a AIM.

Em setembro de 2013, diante de necessidade de um CNPJ, aprovou-se que o No Cenáculo utilizasse em conjunto o CNPJ da Revista Voz Missionária. Em dezembro do mesmo ano, aprovou-se a contratação de escritório jurídico para atuação em face da Editora Cedro. A Cogeam fez voto de louvor ao Bispo Adriel de Souza Maia e ao Dr. Alexandre Rocha Maia, Secretário Executivo da AIM, pelos encaminhamentos.

Em agosto de 2014, o conselho da AIM recebeu análise da situação do No Cenáculo e proposta de criação de editora. O Conselho solicitou o aprofundamento no estudo com detalhes de custos e estrutura até 30 de agosto de 2014. O estudo foi realizado e demonstrou que, pelo

início do processo e volume de trabalho, o caminho para a criação da editora seria como um órgão da igreja; abandonando a ideia de criação de um outro CNPJ. Um órgão estabelecido por um regimento e no que for necessário ele terá uma contabilidade própria, mas no balanço da AIM ele é incorporado. Houve um encontro com os demais segmentos – Editeo, Revista Voz Missionária, Expositor Cristão, Revistas de Escola Dominical – e todos concordaram em seguir pelo novo selo desta editora. Nessas bases, o conselho da AIM aprovou a criação do Departamento Editorial e as bases do seu regimento.

Em fevereiro de 2015, o conselho da AIM aprovou 1) o Regimento do Departamento Editorial da Igreja Metodista, com nome fantasia “Angular Editora”; 2) que interinamente o Secretário/a Executivo/a Editorial acumule funções. Assim, às funções da Revda. Joana Darc Meireles, Secretária de Vida e Missão, acumulou-se esta função.

3.3. Decisões da AIM referentes ao patrimônio da AIM

Em outubro de 2011, devido a implicações com a mudança estabelecida pelo 19º Concílio Geral que alterou o nome “Associação da Igreja Metodista” para “Igreja Metodista”, delegou-se ao Secretário Executivo da AIM e Luiz Roberto Saporoli a elaboração de projeto de estatuto e demais providências decorrentes desta mudança para apreciação da Cogeam. Tais providências não foram tomadas em razão da consulta de lei formulada à CGCJ, e que teve como resultado a declaração de inconstitucionalidade da decisão do 19º CG.

Em novembro de 2012, a Faculdade de Teologia – Fateo solicitou personalidade jurídica para a Editeo. Aprovou-se a concessão de direito de uso da marca “Editeo” num contrato de terceirização, e que a gestão de contrato seja acompanhada pela Associação da Igreja Metodista.

Em novembro de 2014, aprovou-se a venda do imóvel no Lgo. Da Pólvora, 141, Ap 91, Liberdade, S. Paulo – SP, para aplicação em outro imóvel, porém num primeiro momento, o valor seria colocado num fundo, para posterior decisão de investimento. Até a data de fechamento deste relatório o imóvel não foi vendido e encontra-se alugado.

Em setembro de 2015, para regularização documental aprovou-se a transferência de bens (imóvel e veículo) ao Projeto Meninos e Meninas de Rua. O projeto que nasceu com membros metodistas e recebeu apoio da Fateo muitos anos, desde seu início teve suas doações e bens em nome da AIM. Considerando que o Projeto Meninos e Meninas de Rua alcançou personalidade jurídica, aprovou-se a doação do imóvel e do veículo que já são de uso da ONG.

4. Decisões da Assembleia do Instituto de Serviços Educacionais - Cogeime e das Instituições Metodistas de Ensino - IME's

4.1. Ações para o Equacionamento da Dívida

4.1.1. Ações para Desbloqueios Judiciais

Desde 2011, do 19º Concílio Geral, os bloqueios judiciais em contas da AIM (regiões e igrejas locais) como medida para garantir o pagamento de processos judiciais da RME se intensificaram, particularmente em 2011 e 2013. Em junho de 2012 a Cogeam solicitou ao Secretário Executivo da AIM lista de imóveis das instituições disponíveis (que não comprometam a operação educacional) para possível formação de um fundo de desbloqueio de contas de igrejas locais e regiões, no valor de 1 milhão de reais. Da mesma forma, solicitou ao Consad lista detalhada dos processos trabalhistas com valores, pareceres, prazos e avaliação do departamento jurídico.

Houve dificuldades na organização da lista de imóveis disponíveis das IME's, sobretudo em razão dos processos judiciais que tem como garantia parte do patrimônio mencionado. Atualmente temos esta lista que demonstra o cenário vigente. A listagem de processos trabalhistas foi organizada pelo Consad ao longo do período eclesiástico, e que serviu para ações que minimizem o risco de bloqueios. Em 2013, uma conta bancária em nome do Cogeime passou a ser indicada ao judiciário para garantia dos pagamentos dos processos (bloqueios), tornando menos frequentes os bloqueios judiciais de valores em contas bancárias das igrejas.

Em junho de 2013, solicitou-se ao Secretário Executivo da AIM que formasse rol de propriedades da AIM (regiões e igrejas locais) ociosas para possível composição de fundo de desbloqueio. Com os dados obtidos, deveria ser iniciado um Cadastro Nacional de Propriedades da AIM. Obteve-se apenas poucas listas de propriedades e com poucos dados dos imóveis. A Cogeam também decidiu que a região que não informasse os dados das propriedades não teria reembolso caso houvesse bloqueio de suas contas bancárias. Não houve boa receptividade das regiões, que em geral não disponibilizaram os dados solicitados.

4.1.2. Ações de negociação imobiliária

A gestão atual deu continuidade ao processo de venda de pequenos imóveis pontuais. Em dezembro de 2011 aprovou a venda:

Item	Valor
Terreno de estacionamento do Instituto	25 milhões de reais,

Metodista Granbery - IMG	sendo 13 milhões até janeiro de 2012, 4 milhões em 2012 e 4 parcelas de 2 milhões em 2013;
Imóvel do Instituto Metodista Isabela Hendrix – IMH em Nova Lima - MG	5 milhões de reais em 2011, 5 milhões de reais em 2012, 5 milhões de reais em 2013 e 8 milhões de reais em 2014 dependendo de aprovação da Prefeitura
Coeficiente construtivo da Rede Metodista de Educação do Sul / Instituto Porto Alegre, 10 mil m ²	18 milhões de reais

Em setembro de 2013, a necessidade do poder público de alça de acesso da Rodovia Marechal Rondon levou-nos à aprovação da transação imobiliária de terreno de propriedade do IMED, localizado no Estado de São Paulo, no município de Birigui, às margens da Rodovia Marechal Rondon, com área de 1703m². A transação imobiliária envolveu duas situações: uma doação para Concessionária Via Rondon em troca de acesso e outra uma permuta de área conforme o parecer da Secretaria Executiva da Associação da Igreja Metodista.

Outra frente que se desenvolveu ao longo deste período eclesiástico foram projetos imobiliários para várias unidades. Alguns estudos avançaram mais, outros até retroagiram. A seguir, descrevemos o desenvolvimento de cada um.

Projeto Imobiliário para Instituto Granbery – IMG

Conforme estudos e negociações no período eclesiástico de 2007-2011, em fevereiro de 2012 a Cogeam homologou a negociação com a João Fortes Engenharia no empreendimento comercial-residencial em terreno do IMG, no valor de 26,5 milhões de reais; sendo 7.500.000,00 (sete milhões e meio) de entrada, mais 1.300 m² em unidades de loja e sobreloja de forma equilibrada em termos de tipologia e localização e 7 vagas de garagem no novo empreendimento.

Na ocasião os representantes da 4ª RE na assembleia, em nome da Região, fizeram o pedido – conforme diálogos anteriores - de um lote para construção de um templo próximo à instituição, para a congregação metodista que nasceu dentro do espaço da instituição fruto do trabalho missionário igreja e IMG. A Cogeam autorizou que a 4ª Região entrasse em contato com o CONSAD para verificar a possibilidade de construção de uma Igreja nas imediações do IMG. Em dezembro de 2013 a Cogeam a proposta recebida do Colégio Episcopal de comodato em capela a ser construída pela 4ª Região em uma das propriedades do IMG no bairro.

Em setembro de 2013 concordou-se com o CONSAD em continuar dialogando sobre a viabilidade de negócio em Juiz de Fora com a empresa interessada para realização de estudos de negócio. Tal negociação está suspensa, tendo em vista a falta de interessados neste momento, ante a crise econômica que tem afetado todo o país.

Projeto Imobiliário para Instituto Metodista Bennett – IMB

Durante o período eclesiástico de 2007-2011, a Cogeam e Consad trabalharam em ações de negociação do IMB com a João Fortes Engenharia - JFE. Em dezembro de 2011, a Secretária Executiva Regional da AIM – 1ª RE, Rosemary Pfanffenzeller, ingressou com ação judicial contra João Fortes Engenharia, visando cessar os efeitos de Protocolo de Intenções firmado entre AIM e JFE e que tem por objeto o imóvel em que se situa o IMB. Na ação, alegou-se resumidamente, abusividade de cláusulas contratuais que beneficiariam a empresa JFE, com relação a prazos para cumprimento do contrato, bem como defasagem dos valores pactuados, em razão de grande valorização de imóveis na cidade do Rio de Janeiro a partir de 2011. O Consad conseguiu manter diálogo com a JFE, mesmo após a ação, com possibilidades de negociação a partir de dois trechos do imóvel em questão, considerados conjunta ou separadamente. O primeiro trecho do terreno, localizado à R. Tamoios, de 1.551 m², no valor de 12,3 milhões de reais. O segundo trecho do terreno, localizado à R. Marques de Abrantes, de 1.801 m², mais 696 m² em estacionamento na parte superior, 11,9 milhões de reais. Um Grupo de Trabalho composto por dois representantes da 1ª Região, um da Cogeam, um do CONSAD e um da Rede Metodista de Educação recebeu autorização da Cogeam para apreciar as propostas e prosseguir nas negociações. A demanda judicial encontra-se pendente de decisão de primeiro grau.

Em junho de 2012, ainda com a ação movida por Rosemary, que dificultava as negociações no IMB, a Cogeam consultou a Comissão de Constituição e Justiça - CGCJ sobre possibilidade de intermissão do artigo canônico que prevê que o ensino superior esteja na competência da área nacional, com a intenção de desligar Instituto Metodista Bennett – IMB da Rede Metodista de Educação e transferi-lo para a Primeira Região Eclesiástica. A resposta da Comissão à consulta foi: *“...a intermissão da Legislação Canônica no concernente ao desligamento de Instituição de Ensino ligada a área Geral para a uma RE não está dentro dos poderes da COGEAM, sendo esta de competência exclusiva do CG por envolver matéria Legislativa, o que está vedado à Consulente pelo Artigo 140 do Cânone vigente”*.

Em março de 2013, a Cogeam toma conhecimento do estudo de vocação imobiliária para o IMB e IPA, realizado pela empresa CBRE. A partir do estudo para as duas primeiras unidades, a Cogeam aprova a contratação de empresa para realizar estudo patrimonial para todas as unidades da Rede.

Em setembro de 2013, os estudos apontaram uma melhor comercialização do imóvel totalmente desocupado, assim a Cogeam encaminhou os estudos de possibilidades de negócio sobre o IMB para a COREAM da 1ª Região, para análise e opção de acolhimento do Colégio Bennett pela região. A resposta foi afirmativa, opção confirmada em reunião com mesa da Coream da 1ª RE e outros líderes da 1ª RE com mesa da Cogeam e mesa do Consad: desocupação total do espaço do IMB para melhor comercialização. Em troca, a Cogeam/Consad assumiram o compromisso de transferir o Colégio Bennett (educação básica) de local sem prejuízo da operação educacional, bem como transferência da gestão do colégio para a 1ª RE, após quitação das dívidas do IMB.

Em agosto de 2014, o Consad traz resultado de estudo de negociação da manutenção do IMB (venda do nome Centro Universitário Bennett) com o grupo OBRACE/Lar da Criança para venda do Centro Universitário Bennett por 3 milhões, aprovada anteriormente pela assembleia, mas interrompida por proposta e efetivação de negócio com o grupo SER que ofereceu 10 milhões de reais. O pagamento será feito em uma conta *Escrow Account*, o resgate, será realizado no futuro, quando do credenciamento do Centro Universitário do IMB pelo MEC.

No primeiro semestre de 2014, líder leigo da 1ª Região apresentou ao Consad um líder do Instituto Presbiteriano Mackenzie – IPM, que manifestou interesse em negociação com a propriedade do IMB. Os diálogos seguiram; o plano de *Due Dilligence* foi estabelecido. Um dos entraves de negociação com o grupo Mackenzie é o acordo com a JFE firmado no período eclesiástico anterior a este. Em todo o tempo o Mackenzie soube deste entrave e dispôs-se a ajudar nos diálogos com a JFE.

Em novembro de 2014, um processo junto à CGCJ movido pela 1ª Região contra a Cogeam solicitava interrupção do processo com o Mackenzie e dizia ter uma proposta de venda de um imóvel da AIM 1ª RE para ser dado em pagamento da dívida do IMB. A Cogeam e o Consad, através de representantes, dialogaram com a 1ª região. Mas a interrupção da negociação com o Mackenzie não poderia ser feita naquele momento. A proposta alternativa de negociação da 1ª Região era interessante mas sem consistência para o momento.

Em maio de 2015 outra solicitação da 1ª Região chegou à Cogeam: “1. A COREAM é contrária à venda do Lote nº 1, conforme 'Análise de Valor' apresentada nesta reunião; 2. Como alternativa de revitalização do IMB, a COREAM apresenta as seguintes possibilidades: 2.1.1. Parceria junto a Rocky Mountain Conference of the United Methodist Church, 2.1.2. Locação ao Grupo Graça Santos para fins de reforma de todo o prédio John Wesley, criando pólo de negócios com empresas, 2.1.3. Locação à Universidade Estácio de Sá, 2.1.4. Locação à UnigranRio, 2.1.5. Locação à Rede de Ensino Doctum. 3. Depois de esgotadas todas as possibilidades de preservar o IMB junto a Igreja Metodista, passa-se então, à análise de intenções de aquisição da referida propriedade. No entanto, admitindo-se esta possibilidade, considera-se em caráter irrevogável a instalação de instituições de ensino no que tange a Educação Básica e Ensino Superior, e Igreja, no referido patrimônio”. A Cogeam reafirmou o controle de negociação sob orientação do Consad (com o Mackenzie), porém solicitou que seja com quem for prosseguir com o projeto imobiliário no atual edifício João Wesley não se tenha educação infantil, fundamental nem ensino médio.

Os diálogos com Mackenzie seguiram-se até junho de 2015, quando chegou ao fim a *Due Dilligence*, sem prejuízos para nós ou para o Mackenzie, com a desistência do negócio, já que não conseguimos resolver a tempo o processo com a João Fortes Engenharia. Atualmente, negocia-se com a João Fortes a venda de parte do terreno, correspondente a 15% do total, com a manutenção do Colégio Bennett e de todo restante do patrimônio.

Projeto Imobiliário para o Instituto Porto Alegre - IPA

Em março de 2013, a Cogeam tomou conhecimento do estudo de vocação imobiliária para o IPA, realizado pela empresa CBRE. No caso do IPA, apenas a comercialização residencial é vantajosa, apesar de termos mais de um interessado em realização de empreendimento em parte do terreno. Também no IPA há um entrave: um contrato (assinado em período eclesiástico anterior a este) com a empresa Bolognesi assegura prioridade de negociação. Além de mais fatores complicadores de aprovação do projeto junto à prefeitura.

Em novembro de 2014, a assembleia, tendo acolhido a manifestação do GT da 2ª RE, aprovou diálogo com a construtora com a finalidade de remanejar a área do empreendimento, concedendo um novo prédio que concentre os equipamentos (piscina, laboratórios e etc. - instalados na área prevista do empreendimento) para o centro universitário. Os diálogos seguiram-se, mas nenhuma das possibilidades de negociação se efetivou. Ficou determinado que a RME deve envidar esforços para cancelar juridicamente o contrato com a Bolognesi, ante a incapacidade dela, construtora, de executar seu projeto.

4.1.3. Ações de negociação educacional

Em junho de 2012 diante da continuidade do difícil cenário financeiro e operacional da Rede, a Cogeam aprovou contratação de empresa especializada para avaliar valores, a viabilidade e a legalidade do nosso negócio (Rede de Educação). Em novembro de 2012 e março de 2013, cobrou-se o Diretor Geral e Consad sobre a demora nos passos deste estudo. Em junho de 2013, foi reafirmada a importância do estudo e solicitou-se que se iniciasse por uma instituição. Em dezembro de 2013, diante do primeiro estudo, a Cogeam afirmou sua tendência para o desinvestimento, mas aguardou estudos detalhados sobre toda a rede.

Em agosto de 2014, a Cogeam recebeu o estudo completo de desinvestimento para todas as unidades ouviu as propostas de interessados, apresentadas pelo Consad e a opinião do Colégio Episcopal que indicavam seguir pelo desinvestimento, se não houvesse outra opção. A Cogeam reafirmou sua posição pelo desinvestimento do ensino superior, exceto para IMG e IMS que ao longo do tempo tem demonstrado serem as únicas unidades com resultado operacional positivo. E autorizou o Diretor Geral e o Consad a acolher e analisar ofertas de negócio.

Logo em seguida, a Cogeam recebeu duas ações na CGCJ movidas pela 1ª e 2ª RE's questionando a decisão pelo desinvestimento. Num esforço de dialogar, a Cogeam atendeu convocação da presidência da igreja e reuniu-se com representantes das regiões que possuem instituições em seu território e queixaram-se (1ª, 2ª, 4ª e 5ª). A ata da Cogeam de 2 de outubro de 2014 descreve: *“Considerado os novos números da Rede que possibilitam um cenário de maior tranquilidade e equacionamento da dívida sem a necessidade premente de venda das carteiras, considerando as manifestações das regiões eclesiais, a Cogeam decide interromper o processo de desinvestimento. Caso a venda dos patrimônios não for efetivada de modo a seguir este plano de amortização da dívida ou outra conjuntura que coloque em risco o equacionamento da dívida, poderemos retomar o caminho do desinvestimento do ensino superior”*. Tais números não se confirmaram, pois exigia-se da Direção da Rede esforços de melhora do negócio, com equacionamento da relação receita/despesas para no máximo 65% de relação. Tal objetivo não foi alcançado em nenhum momento, sendo apresentada à COGEAM, como única alternativa, a venda de imobilizado, fato este que motivou uma alteração de composição de representação da Assembleia no CONSAD.

4.1.4. Empréstimos

A RME ao longo deste período eclesial mantém-se tomando empréstimos junto aos bancos para garantir seu funcionamento. A cada vez que uma operação bancária destas é realizada algum imóvel da instituição é dado em garantia, com o consentimento da assembleia.

Em dezembro de 2014, chegou-se à situação de impossibilidade de tomada de empréstimo bancário e a AIM foi solicitada para empréstimo de 1.200.000,00 para cobertura dos pagamentos de final de ano.

Nos acordos realizados com o Instituto Educacional Piracicabano – IEP, a AIM vem sofrendo prejuízo. Primeiro, no recebimento relativo a empreendimento imobiliário (Masterplan)

acordado em dezembro de 2009. Originalmente, a empreendedora não estava disposta a negociar com a Igreja. Como solução, decidiu-se pela venda de patrimônio da AIM para o IEP e consequente negociação entre este e a empresa. No compromisso particular de venda e compra, assinado em dezembro de 2009, ficou acertado que o IEP pagaria a AIM o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), na seguinte proporção:

- R\$ 1.000.000,00 em 2009;
 - R\$ 1.500.000,00 em 2010;
 - R\$ 1.500.000,00 em 2011;
 - R\$ 4.000.000,00 em 2012;
 - R\$ 2.000.000,00 em 2013.
- Total: R\$ 10.000.000,00

Deste acordo, os valores recebidos pela Sede Nacional foram:

- R\$ 500.000,00 em 2009;
 - R\$ 750.000,00 em 2010;
 - R\$ 400.000,00 em 2011;
 - R\$ 1.200.000,00 em 2012;
 - R\$ 300.000,00 em 2013.
- Total: R\$ 3.150.000,00

Posteriormente, no ano de 2012, dada a impossibilidade de recebimento dos valores na forma acordada, bem como parcelas pendentes de aluguel e débito acumulado do IEP para com a AIM, houve decisão da COGEAM registrada em ata de fevereiro de 2012, nos seguintes termos: a) reajuste de aluguel em 20%; b) pagamento, pelo IEP, de R\$ 700.000,00 referente a dívida de aluguel de 2011; c) que o pagamento da transação de 2009, vinculada ao pagamento do empreendimento Masterplan, em Piracicaba, fosse proporcional ao recebimento previsto, ou seja R\$ 1.560.000,00.

O segundo aspecto de prejuízo da AIM está em transação imobiliária para regularização contábil. Em fevereiro de 2014, na transação imobiliária para regularização dos balanços, a RME considerou a transferência de patrimônio como quitação da dívida da participação da AIM no empreendimento da Masterplan. Em abril de 2014, a Cogeam cobrou o Consad sobre o acerto contábil proposto entre IEP e AIM, do qual, sem que a Cogeam tivesse clareza, houve o “perdão” da dívida do IEP sobre o empreendimento da Masterplan. O Diretor Geral esclareceu que o valor pago de 100 mil reais até aquele momento, referente ao empreendimento Masterplan, poderia ser encaminhado posteriormente, como fonte de outras negociações. Na sequência, foram apresentados dois imóveis da AIM, utilizados pelo IEP, um para clínica de fisioterapia e o outro para escritório jurídico, que não foram incluídos na regularização contábil de fevereiro. Assim aprovou-se a transferência destes dois imóveis ao IEP mediante transferência de escritura no cartório de imóveis e esta transação justifica a transferência de valores (resíduos da Masterplan) por um período transitório até que se haja entrada de recursos com outras negociações.

O Conselho Fiscal ao longo deste período tem destacado e intensificado sua cobrança à Igreja quanto ao seu balanço deficitário com perdão de dívidas de aluguéis.

Desde gestões anteriores, todos os finais de ano, a RME realiza empréstimos (“empréstimo ponte”) para satisfação de despesas de final de ano; valores sempre crescentes. Desde gestões anteriores também, o Consad e a Direção Geral vem sendo cobrados para a mudança desta prática, que sabe-se não é intencional, mas sim fruto da magnitude do endividamento.

4.1.5. Outras Ações

Ao longo deste período eclesialístico houve empenho da RME em conseguir o Proeis. Trata-se de um financiamento que visa pagamento de dívidas fiscais existentes com a prestação de serviços educacionais, ou seja concessão de bolsas PROUNI e outras formas, são pra 15 anos. Seria mais um caminho para, em conjunto com outras ações, minimizar o endividamento.

Ingressou-se no FIES, como forma de preenchimento de vagas remanescentes, com receita adicional dos pagamentos realizados pela União Federal, por tais vagas. Tal ação mostrou-se razoavelmente eficiente no primeiro ano, 2013, e depois uma armadilha ante a inadimplência estatal, fato para o qual a Assembleia alertou, quando da realização dos convênios.

Outras medidas são estudadas com o objetivo de diminuir despesas. Uma delas é revisar o custo-benefício da Central de Serviços Compartilhados – CSC. As análises levaram a decisões:

a) em 2014, estudo de terceirização da CSC, avaliação e contratação de empresa para que de modo escalonado e sem prejuízo da operação educacional, transferir os serviços para a terceirizada. Os serviços visam atualização de tecnologias, padronização de processos administrativos, anulação de duplicação de esforços, sem qualquer custo a rede. Como previsão de economia é de R\$ 53 milhões ao longo de 10 anos, valores estes que crescem a partir do segundo ano de contrato quando a parceira não mais investirá nos processos acima relatados.

b) transferência dos/as pastores/as servindo às pastorais universitárias e escolares do regime CLT para nomeação, sendo a remuneração (subsídio) e respectivos benefícios assumidos pela Sede Nacional (cuja receita é oriunda de aluguéis da RME). Além de diminuição de valores para a RME também se considerou melhor relação de trabalho.

4.2. Composição do Consad e do cargo de Diretor Geral - DG

Em agosto de 2012, a Cogeam recebeu o pedido do Prof. Márcio de Moraes de saída do cargo de Diretor Geral. O Consad identificava a sobrecarga de atividade (DG e Reitor do IMS) e a limitação de autoridade diante dos demais reitores e profissionais da RME, uma vez que o DG era um dos reitores. Na sequência, Paulo Brunh, presidente do Consad, também solicitou sua saída.

Naquele momento diante da crise institucional e do mandato do 19º CG à Cogeam, reafirmamos:

- o conceito de Rede já instituído com Diretor Geral único;
- o entendimento de que a gestão executasse um projeto de reestruturação da Rede na busca de melhores opções de negócio;
- a importância de uma gestão firme, mantendo as decisões da Assembleia, CONSAD e Central de Serviços Compartilhados (CSC);
- a necessidade de uma gestão que tome ações na superação da crise institucional; e
- a manutenção da integração dos cargos de Diretor Superintendente do Cogeam e de Diretor Geral das IME's.

Buscou-se o caminho de um DG que não fosse reitor de nenhuma unidade, reafirmando a autoridade do DG. Ao mesmo tempo, pretendia-se um DG bem aliado com o Consad. Num

primeiro momento, caminhou-se com a proposta de união dos cargos de DG e presidente do Consad. Enfrentamos barreiras documentais. Partimos para encontrar pessoas que pudessem garantir firmeza na condução da RME e firme integração do Consad com a igreja. Assim, elegemos Wilson Roberto Zuccherato para Diretor-Geral da RME e Bispo Stanley da Silva Moraes para o Consad, assumindo a presidência do conselho.

Em 22 de setembro de 2012, após a cerimônia de posse do DG e presidente do Consad, a Mesa da Cogeam reuniu-se com o Consad e Reitores/as e passou-lhes as orientações da Assembleia das IME's (Cogeam). Especialmente solicitamos empenho em melhores resultados operacionais e financeiros, visando equacionamento da dívida.

Em dezembro de 2013, o suprimento de vagas no Consad tornou-o mais técnico. Em agosto de 2014, a saída do Revmo. Bispo Stanley da Silva Moraes do Consad, e conseqüentemente da presidência, por motivos de saúde, levou a Cogeam a recompor mais algumas vagas no conselho. Esta nova composição, sob a presidência do irmão Paulo Borges Campos Junior, fez do Consad, que já estava mais técnico, um conselho mais questionador e propositor de ações para a RME.

Em maio de 2015, a Cogeam acolheu a proposta do Consad de um Vice-Diretor Geral. Recomendou-se que este esteja subordinado ao diretor geral e que não seja um segundo executivo, mas cumpra apenas o que o Consad orientar; que não se tenha ônus, apenas quando houver exercício da função de substituição do diretor geral. A Cogeam elegeu o Prof. Gustavo Jacques Dias Alvim para Vice-diretor geral.

Com o pedido de desligamento do DG Wilson Roberto Zuccherato (junho de 2015), em agosto de 2015 a Cogeam, em conformidade com o parágrafo único do Artigo 155 dos Cânones, elegeu Robson Ramos Aguiar, que até aquele momento integrava o Consad. A recomposição do Consad, diante desta vacância e outras necessidades, está planejada para dezembro de 2015, na reunião ordinária da assembleia do Cogeime e das IME's.

4.3. Assuntos / Projetos / Investimentos Educacionais

Os cursos e polos de Educação à Distância – EAD foram investimentos educacionais realizados neste período eclesialístico. Em novembro de 2012, março e junho de 2013 a Cogeam aprovou as propostas de abertura de cursos e/ou polos.

Em agosto de 2014, a reflexão sobre a educação apontou a importância da igreja investir mais em educação básica (ensinos fundamental e médio). Assim a Cogeam solicitou ao Consad estudo que aprofundasse os detalhes da proposta para a Educação Básica que compreenda: a) orçamento para 2015, b) estrutura com seus custos, e c) a viabilidade de operar em franquia. Destacou ao Consad sobre o Colégio Bennett, que a RME desenvolvesse ações para sua continuidade o mais rápido possível, sem condicionar a operação educacional a prédio próprio. Também reafirmou que todos os colégios ficarão na área nacional, na Rede Metodista de Educação; assim, comunicou esta decisão à 1ª Região e ao Consad – uma vez que em dezembro de 2013 fora acordado entre 1ª Região e Cogeam a passagem do Colégio Bennett à 1ª Região.

Em maio de 2015 o Consad apresentou projeto de abertura de curso de Medicina, na UMESP (IMS) ou na UNIMEP (IEP), com um investimento de 15 milhões de reais. A Assembleia

manifestou grande preocupação com o risco da abertura do curso de medicina no IMS ou na UNIMEP, neste momento de endividamento, solicitou que o Consad e RME ampliassem esta reflexão, questionando se não era melhor investir este valor no abatimento da dívida. Solicitou-se que antes do investimento, as avaliações econômico-financeiras venham previamente para apreciação da Assembleia.

4.4. Regularizações Documentais

4.4.1. Balanços

Todos os anos a assembleia aprova os balanços das IME's. Em sua maioria os balanços apresentam prejuízos crescentes e um endividamento orgânico, fato este que contaminou toda a RME, criando um clima de insegurança financeira, que quase culminou com a quebra do sistema.

4.4.2. Orçamentos

De igual modo aos balanços, todos os anos aprova-se um orçamento deficitário e com resultado operacional negativo. Desde 2012, a assembleia tinha clareza que o que se apresentava como orçamento não era factível, pois não havia resultado operacional que confirmasse as previsões orçamentárias; ao final de cada ano o que se confirma é a necessidade de empréstimos cada vez mais vultosos.

Destaca-se o esforço do Consad na busca pelo equacionamento da relação receita x despesa para um nível aceitável e suportável.

4.4.3. Outras Decisões

Em 2013 houve uma oportunidade da RME, através do Instituto Metodista Isabela Hendrix – IMH, acolher uma fundação de meio ambiente. A fundação tem patrimônio e recursos próprios, o acolhimento facilitaria processos de trabalho e estágios. A informação chegou à assembleia como uma ideia, não com estudo e apreciação do Consad, assim não houve prosseguimento no assunto.

Em abril de 2014, a veiculação pública de leilão do imóvel do Instituto Metodista - IMEC pegou a assembleia e o Consad de surpresa. O Diretor Geral reconheceu que houve erro em setembro quando o comunicado foi recebido em Porto Alegre, por funcionário da instituição. O comunicado assegurava a manifestação da instituição no processo e isto não aconteceu porque o comunicado não foi encaminhado à Direção da Rede. A Assembleia colocou manifestações de descontentamento com o erro de profissional que não atendeu ao comunicado em tempo. Também definiu que o setor de comunicação da Rede prepare notas regulares e encaminhe à Sede Nacional e com o departamento de comunicação desta harmonize as notas. E o Colégio Episcopal determinará a forma de divulgação para cada caso.

Em outubro de 2014, ante ao pedido de desligamento do irmão Elias Bonifácio de sua função de representante da Assembleia junto ao CONSAD, foi escolhido Luiz Roberto Saporoli, como novo representante.

Em outubro de 2015, a Direção Geral em ajuste com os reitores, ajustou que o percentual receita/despesas deva ser de 55% em todas as unidades, bem como o cancelamento do mútuo, decisão esta que estamos buscando cumprir aliada ao propósito de efetiva recuperação econômica e acadêmica.

Relatório Complementar da Cogeam ao 20º CG

período de outubro de 2015 a junho de 2016

Parte das Decisões

1. Decisões da Cogeam relativas à Secretaria para Vida e Missão

1.1. Administração

Em outubro de 2015, através de sua Mesa, a COGEAM aprovou o reajuste do valor da base nacional em 8%, passando o novo valor a R\$ 1.458,00. A decisão foi homologada em dezembro de 2015.

Em dezembro de 2015:

A Cogeam reiterou os critérios da fórmula de composição das cotas de participação missionária e solicitou à Secretária Executiva, Revda. Joana D'Arc Meireles, a atualização dos números da arrecadação financeira de 2014 de cada região. A fórmula já contém atualização do número de membros e de delegados/as ao concílio geral. Foi solicitado ainda que se efetuasse a comunicação às regiões sobre o valor reajustado de sua participação, a partir de janeiro de 2016. Até maio de 2016, este item não pôde ser cumprido porque havia ainda regiões que não enviaram o seu balanço 2014 à Sede Nacional. A falta de reajuste na fórmula incorre em um desembolso maior da Sede Nacional na composição do custeio da REMNE e REMA.

Analisou o estudo do orçamento 2016 e solicitou detalhes à Tesoureira Nacional, que os enviou em dezembro e janeiro.

Em março de 2016

Apesar dos déficits previstos, devido aos atrasos no recebimento de aluguéis, aprovou o orçamento 2016, com reajuste no valor do aluguel para R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) até junho, e de julho em diante passará para R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) mensais.

A pedido do Colégio Episcopal, analisou, atualizou e aprovou o documento “Normas para os Subsídios para Pastorais Escolares e Universitárias”.

Em maio de 2016

A tesouraria apresentou o estudo de impacto financeiro das novas normas em R\$ 434.000,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil reais) a mais no ano. Também foram apresentadas à COGEAM as sugestões de alteração na redação do documento, feitas pelos executivos da Sede Nacional, para melhor descrever os subsídios e benefícios. A COGEAM acolheu as sugestões e o estudo de impacto, e fez ajustes redacionais no documento.

A Revda. Joana D'Arc Meireles fala sobre a necessidade de se trabalhar o tema da sustentabilidade para além dos aluguéis, que seriam insuficientes para manutenção e projetos. A COGEAM apresentou diversas sugestões à Secretária de Vida e Missão e solicitou-lhe que elabore um pequeno organograma dos projetos atuais para estudo de estratégias específicas.

1.2. Expansão Missionária

Em dezembro de 2015

Aprovou o alvo nacional para a Oferta Missionária Nacional 2016 em R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais). E, aprovou o novo conceito de “expectativa” e não mais de alvo, para que as regiões trabalhem o conceito de oferta e generosidade. Para as regiões, aprovaram-se as expectativas de recebimento em:

1ª RE - R\$ 115.000,00,
2ª RE - R\$ 50.000,00,
3ª RE - R\$ 125.000,00,
4ª RE - R\$ 105.000,00,
5ª RE - R\$ 75.000,00,
6ª RE - R\$ 75.000,00,
7ª RE - R\$ 100.000,00,
8ª RE - R\$ 45.000,00,
REMNE - R\$ 35.000,00 e
REMA - R\$ 25.000,00.

Do valor arrecadado, será destinado 35% para a REMA, 35% para a REMNE, 10% para a Ação Social, 10% para Ação Missionária, 5% para Emergência e 5% para Marketing.

A COGEAM analisou o pedido do Secretário Geral de Missões da Igreja da Alemanha, que propôs um complemento de subsídio ao casal Paulo Cunha e Sirlei, atuantes em Moçambique. A COGEAM aprovou o complemento de US\$ 500 (quinhentos dólares) mensais até final de 2016 e decidiu interromper a parceria ao final de 2016.

A COGEAM acolheu a proposta da REMA sobre multiplicação da região missionária, e decidiu buscar mais dados e estudos para, com segurança nos dados, estudar a recomendação ao 20º CG da emancipação dos estados de Rondônia e Acre como 9ª Região Eclesiástica, e os quatro estados do norte manterem-se como Região Missionária da Amazônia – REMA.

Em março de 2016

A Cogeam recebeu mais algumas informações sobre a REMA, porém como identificou que a mesma proposta já constava do 1º Caderno de Propostas do Concílio Geral, deixou para que a proposta seja analisada pelo plenário.

A COGEAM analisou duas solicitações do Departamento Nacional de Música e Arte. Sobre a primeira, referente à ajuda no custeio de despesas do Encontro Nacional de Música, agendado para maio de 2016, a COGEAM aprovou que a Sede Nacional, além de ter custeado os cartazes, o envio pelo correio, a divulgação em site e mídias sociais, pague também as passagens do casal mexicano convidado e da Bispa Marisa Ferreira de Freitas. A segunda solicitação refere-se ao subsídio para publicação de livro de música. Na discussão, a Revda. Hideíde Brito Torres ofereceu os serviços de diagramação e revisão. A COGEAM aprovou o estudo de publicação do livro, caso haja possibilidade será feito, se não houver recursos, disponibilizar-se-á em PDF no site.

2. Decisões do Conselho Diretor da AIM

2.1. Conselho Fiscal da AIM

Em dezembro de 2015 a COGEAM acolheu o Conselho Fiscal e seu relatório, considerando as recomendações para futuras práticas da Sede Nacional.

2.2 Sobre relação da AIM com a RME

Em dezembro de 2015 a COGEAM homologou decisão da Mesa, seguindo parecer do CONSAD, pela renovação de garantia financeira de três situações. Seguindo parecer do CONSAD, aprovou o oferecimento de garantia imobiliária do Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista (IEP) em operação financeira junto ao Banco HSBC propriedade objeto da matrícula n.º 92180, registrada no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Piracicaba, SP, para garantia do Contrato de Empréstimo-Capital de Giro junto ao Banco HSBC. E aprovou o oferecimento de garantia imobiliária do Instituto Metodista Izabela Hendrix (IMI) imóvel de sua propriedade objeto da matrícula n.º 92957, registrada no 5º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte, MG, em operação financeira do Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS), CNPJ/MF 44.351.146/0001-57, junto a Oikocredit. E aprovou o oferecimento de imóvel do Colégio Americano em garantia no processo trabalhista movido por Militão de Maya Ricardo.

Em março de 2016, a COGEAM acolheu a proposta da Secretária para a Vida e Missão, Revda. Joana D´Arc Meireles, e aprovou os parcelamentos de débitos da Rede Metodista de Educação com a Sede Nacional: 1) o débito da dívida de aluguel que soma R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e 2) do empréstimo de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) concedido pela AIM à RME em dezembro de 2014.

Em março de 2016 a COGEAM homologou decisão da Mesa referente a oferecimento de imóvel da AIM em garantia hipotecária. De imóvel da AIM localizado na Rua Cel. Joaquim Pedro Salgado nº 80, no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, objeto da matrícula nº 74.416 do Livro nº 2 – Registro Geral do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto

Alegre, para atendimento a necessidade de recursos financeiros para o IMS (R\$ 33.400.000,00) em hipoteca em 1º grau, e IPA (R\$12.000.000,00) em hipoteca em 2º grau, garantias em favor do banco Santander.

3. Decisões da Assembleia do Cogei e das IME's

Em outubro de 2015

A Assembleia acolheu os estudos terceirização da Centro de Serviços Compartilhado e autorizou o CONSAD a dialogar e elaborar contrato com a empresa. Em dezembro de 2015, diante da primeira versão do contrato, o CONSAD e a Assembleia elencaram apontamentos a serem feitos à empresa. A Assembleia aprovou a continuidade de negociações do contrato, e aguardou o momento em que o CONSAD tivesse itens mais favoráveis à Rede dos apontamentos levantados. Isso não ocorreu e os diálogos foram cessados, também porque houve reações positivas da nova gestão da direção geral.

A Assembleia homologou a contratação do Sr. Ricardo Rocha Faria, como Diretor Financeiro e Diretor do Centro de Serviços Compartilhados da RME.

Em dezembro de 2015

Após análise da situação da RME, no primeiro trimestre da nova direção geral, a Assembleia reconheceu o esforço dos executivos e a melhora dos números. E solicitou a apresentação de um orçamento, além do modelo contábil, em modelo regime de caixa.

Para preencher vacâncias, a COGEAM elegeu para o CONSAD: Anelise Coelho Nunes, 2ª Região e Renato Wanderley de Souza Lima, da 4ª Região.

Em janeiro de 2016, diante do término de mandato, elegeu Aires Ademir Leal Clavel, da REMNE e Oscar Francisco Alves Junior, da REMA, para novo mandato a partir de 1º de março de 2016; e reconduziu Aires Ademir Leal Clavel ao cargo de vice-presidente do CONSAD.

Em maio de 2016

A Assembleia aceitou o recebimento da doação ao Instituto Metodista Bennett, por parte de uma de suas ex-alunas, a Sra. Ilse Teixeira Alves, falecida em 2012, aos 83 anos. O principal bem legado, além de recursos financeiros depositados em caderneta de poupança, é um apartamento situado na Rua Felipe de Oliveira, nº 15, Copacabana, Rio de Janeiro, RJ, com uma vaga de garagem, matrícula nº 90261 no 5º Ofício do Registro de Imóveis do Rio de Janeiro. A doação também inclui: bens móveis, obras de arte, livros, joias e utensílios que guarnecem a residência da testadora. Além da verificação da situação do imóvel, especialmente dívidas de condomínio para fazer as devidas regularizações, que o CONSAD já está realizando, a Assembleia solicitou ao CONSAD que estude a situação e sugira a destinação do imóvel.

A Assembleia analisou o relatório da auditoria externa e solicitou ao CONSAD que registre essas ressalvas num plano de ação para tratar os itens apontados na auditoria, para que a próxima Cogeam, tenha um parâmetro para analisar e votar os balanços.

Em junho de 2016 a Assembleia homologou a escolha de Kênia Virginia Silva Araújo Ferreira para a diretoria do Colégio Metodista em São Bernardo do Campo.

Considerações Finais

Na Bíblia, encontramos ao menos três tipos de profetas. Os profetas do xalóm, os profetas do agouro e os profetas do Senhor. Os primeiros estão constantemente preocupados em manter o rei e sua corte agradados, com mensagens positivas e alegres, com proclamas constantes de prosperidade, alegria, riqueza e vitória. Os segundos são igualmente constantes, mas para o outro lado: pessimistas e ansiosos por ver o circo pegar fogo.

Os terceiros vivenciam o momento à luz de uma busca constante por compreender a vontade de Deus nos momentos alegre, sempre vendo o pior em qualquer evento, apegados aos maus presságios, focados numa catástrofe e tristes. Não se deixam enganar quando tudo está bem apenas de modo aparente. Não se deixam vencer pelo desânimo quando as circunstâncias são desfavoráveis. Leem a história pelo prisma divino. Podem ser exortativos ou celebrativos e sabem exatamente quando ser uma coisa ou outra. Entre os profetas do Senhor, estão os filhos de Issacar (1 Crônicas 12.32), que eram “conhecedores dos tempos e das épocas” (versão Almeida Atualizada); “destros na ciência dos tempos” (versão Almeida Corrigida), “que sabiam como Israel devia agir em qualquer circunstância” (NVI). Ronaldo Lidório nos informa que essa expressão também pode significar “estudiosos dos fatos” ou ainda “conhecedores da história e suas implicações”. São profetas porque são intérpretes do tempo. Seu discernimento foi fundamental para que o povo de Deus no passado vencesse adversários e contingências históricas. Pessoas de discernimento e com a percepção de Deus são fundamentais em todos os tempos, para que a vontade de Deus seja corretamente executada por aqueles e aquelas que dizem servi-Lo. Mas compreender esses tempos é um grande desafio.

O último quinquênio foi um tempo desses. Nosso relatório aponta diversas questões que mobilizaram nossas lideranças em busca pelo avanço missionário, nas lidas das instituições, no apoio aos missionários e missionárias, no suporte de projetos diversos, na ação que busca a transformação da sociedade. Como os filhos de Issacar, lutamos para compreender as épocas e tomar as melhores decisões. Mas, ao chegar aqui, precisamos ponderar não apenas sobre o que fizemos, mas também sobre as perspectivas que a própria Cogeam, no contexto da Igreja, precisa discernir e atuar.

Restauração da confiança na tarefa delegada

Queremos afirmar, diante de Deus e de sua igreja, que as ações tomadas pela Cogeam durante este exercício foram pautadas por três questões principais: obediência à Palavra de Deus na busca pela lealdade e fidelidade aos seus princípios; obediência às determinações do Concílio Geral (haja vista a quantidade de vezes que registramos neste relatório e em nossas atas que trouxemos à memória as decisões e encaminhamentos recebidos do 19º CG); obediência ao mandado de representantes de nossas Regiões. Não podemos deixar de reconhecer que, não poucas vezes, conciliar as três coisas foi extremamente difícil, pois não há uma unanimidade de opiniões sobre o melhor a fazer quando conflitos regionais e nacionais emergem e interesses de grupos ou segmentos precisam ser preteridos em favor do todo. Por isso, reconhecemos que algumas das deliberações podem não ter agradado, mas eram analisadas por nós sempre com temor e cuidado. Entendemos que o momento atual é de grande desconfiança nas instituições humanas de modo geral – escola, igreja, Estado, família estão sob questionamento. Mas precisamos restaurar essa confiança a fim de que a Igreja não pague o ônus de ter de voltar atrás em decisões tomadas por insatisfações ou equívocos que podem ser evitados. Conforme o relatório demonstra, isso trouxe prejuízos, inclusive na imagem pública de nossa igreja, quando questões discutidas em reuniões privadas inesperadamente tomaram a manchete dos jornais. Foram momentos de grande tensão que envolvem vidas, famílias, profissionais e o renome de instituições. Os irmãos e irmãs não tenham dúvidas de que estamos sempre sob grande tensão e nossas decisões não são tomadas sem temor e oração. Portanto, se há dificuldades, sugerimos que este concílio reveja e tenha clareza sobre a estrutura que deseja para a Igreja e que permita que os trabalhos se desenvolvam sem os revezes que, por vezes, poderiam ter sido evitados sem a exposição desnecessária de nossa igreja. A nova Cogeam precisa ter suas atribuições ainda mais clara? Precisa definir um eventual nível de formação de seus integrantes para que possa ter competência garantida e possa exercer seu trabalho? Precisa agir de forma diferente em suas relações com os segmentos e com o Colégio Episcopal? Precisa ser diferente? Pode deixar de existir? Sem responder honesta e profundamente a essas questões, o que ocorre é que no dia a dia há travamentos que impediram, em alguns momentos, o avanço de decisões difíceis, mas que o concílio havia delegado com clareza que era preciso fazer. Precisamos responder a tais perguntas sob os auspícios da graça e também do juízo do Senhor que é o dono da Igreja. De qualquer modo, é preciso restaurar a confiança nos processos que até aqui assumimos para que haja consolidação de processos necessários ao resgate de diversos pontos de nossa missão e também das instituições, como aponta o relatório.

Área Nacional

Queremos chamar a atenção deste plenário para a importância da área nacional da Igreja. Ela é o organismo articulador de nossas relações conexiais entre Regiões, no sustento parcial das Regiões Missionárias e também nas relações exteriores que tanto beneficiam nossas igrejas locais com projetos, parcerias e iniciativas missionárias. Sua organização e sustentabilidade foi nosso grande desafio neste quinquênio. Estamos propondo um reestudo de viabilidade que melhor ajude também as Regiões, com critérios mais claros e precisos, pois às vezes essas questões se perdem no tempo e, mesmo sem intenção, acaba-se pesando a umas mais que a outras ou deixando de atender demandas fundamentais em função disso.

Também nos recordamos que, neste quinquênio, a ação dos funcionários, funcionárias e pastores e pastoras que ali atuam, bem como os profissionais que nos prestam relevantes serviços, nos fez obter muito mais do que imaginávamos. Agradecemos a sua dedicação e presteza, sinalizadas por muitas horas de trabalho intenso. Muitas vezes também, pela graça divina, fomos capazes de dar suporte inclusive às nossas instituições e lutamos de modo bastante eficaz para que os temidos bloqueios judiciais fossem paulatinamente sendo superados nesta gestão. Contudo, temos tido grande dificuldade de obter informações em tempo hábil. Como vimos no relatório, diversas vezes solicitamos informações às Coreams sem retorno. Isso nos dificulta em nossa tarefa de servir e gera novos problemas a administrar, em processos que muitas vezes as igrejas locais aqui representadas não conseguem dimensionar em seu dia-a-dia, mas que sentem os efeitos. Pedimos ajuda nesse propósito, a fim de facilitar à própria gestão esta tarefa, bem como a todas as pessoas que trabalham na Sede Nacional.

Instituições

Ao final deste quinquênio, percebemos grandes desafios e alguns avanços significativos na gestão das instituições. Cremos que este plenário terá suficientes dados para realizar seus debates e tomar suas decisões, mas gostaríamos de pontuar o espírito de nossas ações. Nossa grande preocupação desde que assumimos não foi apenas de lutar pelo gerenciamento e superação de nossas históricas dívidas, mas também aumentar a visibilidade dos processos da rede e sua “tradução” para a compreensão da maioria de nós, que não somos pessoas executivas ou que lidam com as leis que envolvem essas questões complexas. Queríamos saber exatamente de que dívida se tratava, do que poderia ser liquidado, do que poderia ser negociado, lutamos para adequar os salários dos profissionais dessas instituições ao que temos no mercado, para que todas as pessoas demitidas tivessem seus direitos pagos, para que os trabalhadores não tivessem que clamar ao Deus dos céus por conta de nossas instituições. As substituições de direção e de conselhos sempre aconteceram no intuito de alcançar tais propósitos, porque cada profissional tem o perfil adequado para certa tarefa que lhes foi requerida pela Cogeam, à luz do que o concílio determinou. Reconhecemos, porém, os limites de nossa competência enquanto igreja para ter a agilidade de decisões requerida pelo mercado; a estrutura eclesial traz peculiaridades a que nossos interlocutores no mercado não estão acostumados. Isso trouxe dificuldades e, a partir de qualquer questão que este plenário queira levantar, precisam ser levadas em conta. Voltar atrás em contratos, alguns dos quais foram até anteriores a nossa gestão, também custou tanto financeiramente quando em termos de confiança junto a credores, parceiros e eventuais contratos futuros. Temos de reconhecer, com tristeza e temor, que algumas decisões nos custarão ainda. Não será possível vencer as dívidas sem sacrifícios difíceis, alguns dos quais o 19º Concílio Geral já tinha conseguido enxergar. Solicitamos especial atenção, intercessão e empenho deste concílio ao analisar essas questões daqui para a frente, para ajudar a próxima gestão da Cogeam a ser mais ativa nesses processos.

Crescimento da Igreja

O ano de 2016 se avizinha com algumas perspectivas receosas no âmbito econômico internacional. Os dados estatísticos desde o último concílio geral apresentam crescimento numérico da igreja, mas isso não se consolida num crescimento financeiro de grande porte. A prudência pode ser boa conselheira. Em diversos aspectos, particularmente nas instituições, os

recursos advindos de projetos governamentais podem não ser como o prometido. Assim sendo, esse fator econômico deve ser levado em conta ao se encaminhar projetos e ao se modificar a estrutura da igreja, em alguns casos, para que o orçamento siga sendo viável. Existe uma tarefa de conscientização da contribuição em dízimos e ofertas que deve ser constante; uma tarefa de mudança de mentalidade que nos permita ter uma estrutura flexível nas quais os recursos possam ser mais investidos em pessoas, em missão, do que na manutenção; uma otimização também em termos de experiências, partilha, voluntariado, serviços, parcerias que venham a viabilizar novos projetos e a continuidade daqueles que temos desenvolvido. Percebemos que o crescimento da Igreja não pode ser apenas numérico, mas precisa se refletir numa igreja relevante numa sociedade plural, que segue carecendo de Deus e de sua palavra. Portanto, devemos cuidar para que o crescimento seja real, consistente e contínuo, sem perder de vista a fé, nem o “estudo dos tempos”, como era com os filhos de Issacar.

Diante do Senhor da Igreja, queremos entregar nosso trabalho. Ele conhece nossos corações, nossas intenções claras e secretas. Ele sabe de todas as coisas. Que o temor do Senhor venha sobre nós a todo tempo, para que nossa tarefa seja feita sempre com excelência. A Ele pertence a glória quando algo dá certo; Dele vem a misericórdia quando nos equivocamos; Dele vem o juízo quando não agirmos de acordo com Seus princípios. A Ele, pois, nos submetamos sempre, para sua glória e honra, pelos séculos dos séculos.